

CADERNO DE PROPOSTAS



CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

O (IM)PERTINENTE COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA

*na resistência ao Estado de exceção e
nas redes de relações políticas,
econômicas, sociais e culturais*

Brasília, 06 de maio de 2019

Participante,

Você está recebendo o Caderno de Propostas do 10º Congresso Nacional de Psicologia (CNP). O conteúdo deste caderno será discutido durante o Congresso, com possibilidade de reformulação de texto durante os trabalhos em grupo, e podendo ser aprovado na plenária final do CNP.

Recomendamos a leitura deste material antes do início do CNP, para melhor aproveitamento do evento.

Este caderno contém 302 propostas de âmbito nacional, que foram sistematizadas pela Comissão Organizadora Nacional do 10º CNP (Comorg Nacional), advindas das 644 propostas encaminhadas ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), via sistema, após debate em todos os Congressos Regionais de Psicologia (Coreps).

As 302 propostas estão distribuídas em três eixos. O Eixo 1, Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos, que possui 105 propostas sistematizadas; o Eixo 2, O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos, que possui 99 propostas sistematizadas; e o Eixo 3, Do exercício profissional, que possui 98 propostas sistematizadas.

As (os) participantes do CNP serão divididos em nove grupos, havendo três para cada eixo, de modo que cada grupo (com cinquenta 50 participantes cada) apreciará cerca de 30 propostas. Ao final dos trabalhos de cada grupo, será realizada a plenária do CNP, em que todos os subsídios gerados por tais grupos serão apreciados.

Desejamos uma boa leitura!

ÍNDICE

Eixo 1: Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos 5

Acessibilidade	5
Adoção	5
APAF	5
BVS-Psi	5
Atuação em Emergências e Desastres.....	5
Atualização cadastral	5
CNP	5
Código de Ética.....	6
COF	6
COF e COE.....	6
Combate ao desmonte das Políticas Públicas	6
Comunicação	6
Concursos Públicos	7
Condições de Trabalho.....	7
Controle social.....	7
CREPOP.....	7
Debates sobre temas emergentes.....	8
Resoluções do CFP.....	8
Direitos Humanos	8
Educação	9
Educação e Saúde	9
Esporte.....	9
Exame de Proficiência.....	9
Formação Profissional	9
Fundo de Suporte.....	9
Gestão	9
História e Memória	10
Impostos, taxas e emolumentos.....	10
Inserção da Psicóloga nas Políticas Públicas	10
Interiorização.....	10
Laicidade.....	10
NOVAS PRÁTICAS	10
OrientaPsi	11
Parcerias	11
Saúde	11
Sistema de Credenciamento	11
Participação e Representação.....	11
Psicologia do Trânsito.....	12

Referências Técnicas/CREPOP.....	12
Relações Interinstitucionais.....	13
Representação	15
Revisão do Porte dos Conselhos	15
COF	15
CREPOP.....	15

Eixo 2: O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos. 16

Acesso a serviços psicológicos	16
Articulação.....	16
Avaliação Psicológica	19
Cadastro Nacional de Psicólogas(os).....	19
Comunicação.....	19
CREPOP.....	23
Direitos Humanos	23
Legislação e Normas	23
Políticas Públicas	24
Saúde Mental.....	26

Eixo 3: Do exercício Profissional. 27

Atuação profissional	27
Avaliação psicológica.....	29
CREPOP	29
Condições de trabalho.....	31
Controle social.....	31
Educação	31
Fiscalização	31
Normas e orientações.....	31
Pessoas com deficiência.....	34
Políticas públicas	34
Porte de armas	35
Psicologia do trânsito.....	35
SUAS	35
Saúde Mental.....	35
Saúde suplementar	35
Sistema de Justiça.....	35
Valorização profissional.....	36

EIXO 1: ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E REPRESENTATIVA DO SISTEMA CONSELHOS

Quantidade de propostas: 105

Proposta 7 | Origem (mesclar): 06-E1-0056, 15-E3-0007, 03-E2-0049 | Marcador: Acessibilidade - Geral

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova, a partir de eventos em todos os regionais, em parceria com o FENPB (Fórum das Entidades Nacionais de Psicologia do Brasil), debates sobre a mobilidade humana sustentável, reconhecendo-a como necessidade social e considerando as especificidades linguísticas desse segmento, a formação de trabalhadores/as e colaboradores/as das entidades para o enfrentamento do capacitismo, a aproximação com o movimento social de pessoas com deficiência e a gestão junto a órgãos competentes para que o ensino de libras seja obrigatório, na modalidade presencial, no âmbito da formação básica e continuada de psicólogas.

Proposta 8 | Origem (mesclar): 07-E1-0021, 16-E1-0013 | Marcador: Acessibilidade - Gestão

(Proposta original)

Que as gestões do Sistema Conselhos de Psicologia atuem no sentido de promover e garantir acessibilidade às psicólogas com deficiência em todos os seus materiais físicos e também nos meios virtuais, inserindo, no sistema de registro, campos para identificação de psicólogas com deficiência, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Proposta 9 | Origem (encaminhar): 12-E1-0018 | Marcador: Adoção

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos proponha com os órgãos competentes uma revisão na legislação sobre adoção, instituindo por meio de resolução, a obrigatoriedade da participação da psicóloga nesse processo.

Proposta 10 | Origem (encaminhar): 23-E1-0136 | Marcador: APAF - Eleição Indireta

(Proposta original)

Garantir a representatividade igualitária dos regionais nas deliberações das APAFs e eleições indiretas através dos regionais conforme lei 5766/71.

Proposta 11 | Origem (mesclar): 22-E1-0001, 08-E1-0059 | Marcador: APAF - Representatividade

(Proposta original)

Alterar os critérios de composição da APAF, conforme o princípio da equidade da Constituição Federal, garantindo uma representação igualitária de delegados entre os CRPs,

independentemente da proporcionalidade ao número de psicólogas ativas em cada Conselho Regional, incluindo a garantia de suporte financeiro a conselhos com menor número de psicólogas em sua base.

Proposta 12 | Origem (encaminhar): 20-E1-0033 | Marcador: APAF- Voz e voto

(Proposta original)

Alterar a(s) resolução(ões) para garantir a participação com direito a voz e voto às seções nas reuniões de APAF.

Proposta 15 | Origem (encaminhar): 17-E1-0055 | Marcador: BVS-Psi

(Proposta original)

Que o sistema conselhos fortaleça a estrutura da BVS-psi prezando pela difusão de literatura técnico-científico da área.

Proposta 17 | Origem (mesclar): 20-E1-0001, 02-E1-0078 | Marcador: Atuação em Emergências e Desastres

(Proposta original)

Priorizar diretrizes que atendam as situações de emergências, desastres e crises humanitárias, por meio da criação de uma rede nacional, de um plano de respostas institucional e de um cadastro dos profissionais dos regionais, considerando suas especificidades territoriais, além de criar um fórum permanente para fomentar discussões, palestras e oficinas de trabalho que visem informar, orientar, e acolher as demandas dos profissionais de Psicologia.

Proposta 19 | Origem (mesclar): 19-E1-0018, 10-E1-0003, 01-E1-0022 | Marcador: Atualização cadastral

(Proposta original)

Intensificar, promover e ampliar a campanha de atualização cadastral, possibilitando às profissionais o cadastro de informações sobre deficiências, identidade de gênero, cor, raça, etnia, campos e locais de atuação, sendo estes dados privativos ao Sistema Conselhos.

Proposta 42 | Origem (mesclar): 12-E1-0007, 07-E1-0024 | Marcador: CNP

(Proposta original)

Divulgar e assegurar a realização das diferentes instâncias do CNP e garantir sua viabilização enquanto espaços democráticos organizativos, ampliando a participação da categoria e de estudantes, consultando a categoria sobre o tema do CNP e revendo a sistemática dos congressos.

Proposta 43 | Origem (mesclar): 13-E1-0055, 13-E1-0065, 14-E1-0011, 16-E1-0004, 05-E1-0024 | Marcador: CNP - Revisão e divulgação

(Proposta original)

Criar mecanismos e instrumentos de comunicação (portal web, infográfico, vídeos explicativos, gif, entre outros) para acompanhar e publicizar a execução das deliberações do CNP pelas gestões do Sistema Conselhos de Psicologia, a fim de promover uma revisão das propostas dos últimos 3 CNPs para subsidiar o 11º CNP.

Proposta 44 | Origem (encaminhar): 19-E1-0025 | Marcador: Código de Ética

(Proposta original)

Que o CFP promova discussões nos regionais, a fim de pensar e propor alterações no código de ética da(o) psicóloga(o), considerando as mudanças sociais e políticas vigentes na sociedade atual.

Proposta 45 | Origem (mesclar): 04-E1-0090, 16-E1-0019, 10-E1-0022, 05-E1-0295 | Marcador: COF

(Proposta original)

Que o CFP promova discussões nos regionais, a fim de pensar e propor alterações no código de ética da psicóloga, considerando as mudanças sociais e políticas vigentes na sociedade atual.

Proposta 46 | Origem (mesclar): 13-E1-0059, 05-E1-0006, 16-E3-0234, 01-E1-0083 | Marcador: COF - Ampliação

(Proposta original)

Ampliar as ações de orientação e fiscalização do Sistema Conselhos, incluindo colaboradores fiscais e entidades afins, de modo a combater o exercício ilegal da profissão, falsificação de diplomas e as Instituições de Ensino Superior (IES) que não estejam regulares junto ao MEC, criando uma rotina de fiscalização em espaços públicos e privados que tenham serviço de psicologia, independente de demandas de denúncias.

Proposta 50 | Origem (encaminhar): 09-E1-0202 | Marcador: COF e COE

(Proposta original)

Reuniões presenciais periódicas, anuais, das comissões COE e COF, com a participação de psicólogas fiscais de todos os regionais, sob iniciativa e responsabilidade do CFP.

Proposta 52 | Origem (mesclar): 06-E1-0004, 23-E1-0012, 15-E1-0049 | Marcador: Combate ao desmonte das Políticas Públicas

(Proposta original)

Articular junto às instituições do Estado democrático e de direito iniciativas de combate ao desmonte das políticas públicas e do estado de exceção, mobilizando as psicólogas por meio das mídias sociais e em eventos promovidos pelos Regionais, no sentido de acompanhar e aprofundar

a compreensão das ações do atual Governo Federal com relação às políticas públicas e as perdas de espaço no campo profissional conquistadas pela atuação das psicólogas.

Proposta 55 | Origem (mesclar): 21-E1-0103, 23-E1-0129, 13-E1-0057 | Marcador: Comunicação - campanhas educativas

(Proposta original)

Promover junto à sociedade campanhas educativas de valorização, sensibilização, desmistificação acerca do fazer das psicólogas, seus limites, possibilidades e atribuições legais, éticas e técnicas, por meio de fóruns nacionais sobre os direitos e deveres das psicólogas, em especial as que atuam nas políticas públicas, ampliando e reafirmando estratégias de discussão e divulgação das áreas da psicologia, como por exemplo: intervenções psicossociais, psicologia do esporte, psicologia das emergências e desastres, psicologia ambiental, psicologia da saúde, psicologia jurídica e psicologia e relações raciais.

Proposta 73 | Origem (mesclar): 22-E1-0014, 20-E1-0035, 16-E1-0009, 10-E1-0002, 10-E1-0008 | Marcador: Comunicação - Categoria

(Proposta original)

Priorizar, melhorar e ampliar os canais de comunicação e o acesso às informações oficiais do Sistema Conselhos junto a categoria (via aplicativos; mídias sociais, TV, rádio e relatório de prestação de contas, entre outros), disponibilizando acesso à segunda via de boleto e declaração de regularidade, bem como garantir a distribuição de material impresso para psicólogas que atuam em território de difícil acesso à Internet.

Proposta 75 | Origem (encaminhar): 08-E1-0078 | Marcador: Comunicação - GTs Nacionais e CRPs

(Proposta original)

Levar em consideração o novo regimento para a criação de GTs aprovado na Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAFs) de maio de 2018, de modo a estabelecer fluxo sistemático de comunicação do representante no GT Nacional com os demais Conselhos Regionais da sua região, como forma de garantir a efetiva representatividade dos Conselhos Regionais nas discussões e decisões nacionais.

Proposta 77 | Origem (encaminhar): 13-E3-0095 | Marcador: Comunicação - Laicidade

(Proposta original)

Elaborar campanhas em defesa da laicidade na Psicologia que contemplem os espaços de prática profissional e de formação acadêmica, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), visando afirmar o compromisso com o sujeito humano, que é maior que sua confissão religiosa, credo ou culto, conforme artigo 2º, alínea "b", do Código de Ética da Psicologia.

Proposta 80 | Origem (encaminhar): 12-E1-0001 | Marcador: Comunicação - perfil da categoria

(Proposta original)

Que o sistema conselhos pesquise o perfil da categoria (étnico-racial, gênero, deficiências...) para levantamento das necessidades e desenvolver formas específicas de diálogo com determinados grupos e suas entidades representativas.

Proposta 83 | Origem (mesclar): 23-E1-0078, 14-E1-0006 | Marcador: Comunicação - Sistemas Regionais e Universidades

(Proposta original)

Estabelecer novas formas de acesso ao Sistema Conselhos por meio de ações regionalizadas, potencializando suas especificidades, assim como vincular os sites do Sistema Conselhos com os sites das universidades que têm psicologia como área de formação, ampliando a transparência e o acesso às informações entre as instituições.

Proposta 85 | Origem (mesclar): 06-E1-0040, 22-E1-0069 | Marcador: Comunicação com a sociedade e o Estado

(Proposta original)

Ampliar a interlocução entre o Sistema Conselhos e os poderes públicos, em especial, da Justiça, bem como promover campanhas, eventos regionais, gerais e/ou temáticos, assim como premiações, de modo a valorizar práticas individuais e coletivas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades e violações de direitos, culminando com a realização da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

Proposta 87 | Origem (encaminhar): 23-E1-0093 | Marcador: Concursos Públicos

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia possa articular a obrigatoriedade de participação de psicólogas na elaboração de certames para concursos públicos com cargos para a categoria.

Proposta 101 | Origem (mesclar): 06-E1-0004, 06-E1-0009, 18-E1-0003, 22-E1-0007, 21-E1-0111, 23-E1-0092, 11-E1-0011, 09-E1-0002, 04-E3-0362, 14-E1-0009, 02-E1-0022, 17-E3-0025, 16-E1-0032 | Marcador: Condições de Trabalho.

(Proposta original)

Apoiar e intensificar a articulação permanente de ações conjuntas entre o Sistema Conselhos, a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), os sindicatos estaduais e a categoria, a partir das competências de cada um, na perspectiva de alinhar e fortalecer suas atuações nos níveis estadual e federal, buscando garantir, assegurar e ampliar os direitos da categoria em seu exercício profissional, nos serviços públicos e privados, objetivando a valorização profissional e o não aviltamento e a precarização das relações de trabalho, a remuneração digna e o respeito às demais políticas preconizadas pela OIT nas várias áreas de atuação das psicólogas, inclusive na saúde suplementar,

garantindo a autonomia profissional e dando destaque à jornada de trabalho de 30 horas, sem redução de salários e em todo território nacional, garantindo, ainda, a implantação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários nos municípios e fomentando o combate à reforma trabalhista, que precariza o trabalho e retira direitos de todos(as) trabalhadores(as) do país.

Proposta 103 | Origem (mesclar): 18-E1-0014, 05-E1-0005 | Marcador: Condições de Trabalho - Saúde Suplementar

(Proposta original)

Atuar junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar com fins de alterar a lei 13.003 de 2014 para acabar com o encaminhamento médico na saúde suplementar, garantir autonomia das psicólogas em relação aos limites de consulta e apoiar o sindicato no que diz respeito ao cumprimento dos honorários dos psicólogos.

Proposta 106 | Origem (mesclar): 03-E1-0210, 02-E1-0001 | Marcador: Controle social

(Proposta original)

As comissões do Sistema Conselhos devem identificar e monitorar os espaços de controle social alinhados com suas temáticas, visando a inserção de representação institucional da psicologia, mapeando todas as profissionais de psicologia que já estão inseridos nesses espaços (ainda que não indicados pelo Sistema Conselhos de Psicologia) e avaliando as representações consolidadas, de modo a fiscalizar e garantir o compromisso ético-político com os princípios da psicologia e da gestão.

Proposta 110 | Origem (encaminhar): 11-E1-0021 | Marcador: CREPOP - Participação dos Trabalhadores

(Proposta original)

Ampliar a participação dos trabalhadores das políticas setoriais nas discussões relativas à construção de referências, resoluções, notas técnicas e outros documentos acerca dos temas que lhes concernem.

Proposta 112 | Origem (mesclar): 12-E1-0003, 12-E1-0038, 11-E1-0033, 17-E1-0046 | Marcador: CREPOP - Produção de Referências

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos produza, por meio do CREPOP, pesquisas e produções de referências técnicas relativas aos discursos de ódio, fortalecendo a defesa dos Direitos Humanos e espaços democráticos.

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a discussão e a realização da revisão das resoluções que preconizam a presença das psicólogas hospitalares especialistas nas equipes hospitalares.

Promover ações que visem a garantia da produção de referências técnicas em psicologia e políticas públicas por meio do CREPOP, que levem em consideração a realidade regional e o contexto de seus povos.

Priorizar o fortalecimento do CREPOP para atualização das referências técnicas já existentes, bem como para elaboração de novas referências de atuação profissional, atentando para as seguintes áreas: centros especializados em reabilitação, atenção secundária e terciária de saúde, processo transexualizador, controle social, unidades de acolhimento e educação superior.

Proposta 113 | Origem (encaminhar): 17-E1-0064 | Marcador: CREPOP - Serviços-escola

(Proposta original)

O Sistema Conselhos, juntamente com a ABEP, deverá realizar discussões para construção de referências técnicas para psicólogas/os que atuam em serviços-escola na interface com as redes intra e intersetoriais.

Proposta 135 | Origem (mesclar): 17-E1-0065, 05-E1-0278 | Marcador: Debates sobre temas emergentes

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos discuta as seguintes temáticas: suicídio de populações vulneráveis específicas, incluindo travestis e transexuais; transexualidade na infância e adolescência; questões de saúde mental que acerbam a pessoa idosa e estudantes universitários; as implicações da ilegalidade do aborto; uso prejudicial de drogas lícitas e ilícitas; uso de eletroconvulsoterapia em crianças e adolescentes; povos tradicionais; atuação das psicólogas escolares e da educação; psicoterapia e intervenção neuropsicológica nos serviços públicos e privados.

Proposta 136 | Origem (mesclar): 03-E3-0022, 23-E3-0020, 23-E3-0192, 04-E3-0256, 19-E3-0112, 19-E3-0115, 05-E3-0142 | Marcador: Resoluções do CFP - Criação de novas resoluções

(Proposta original)

Normatizar a atuação do profissional de Psicologia com base nas referências técnicas de cada área, bem como ampliar e normatizar as referências técnicas para aquelas áreas que ainda não estão contempladas, considerando as seguintes demandas: a) orientações sobre atendimento às pessoas surdas; b) estabelecer uma resolução que endosse a laicidade da psicologia; c) a prática da psicóloga na socioeducação; d) responsabilidades técnicas e éticas no âmbito hospitalar; e) avaliação psicológica por meio da inteligência artificial; e f) regulamentar as especificidades das áreas de atuação profissional.

Proposta 138 | Origem (mesclar): 03-E1-0219, 15-E3-0028, 13-E1-0071 | Marcador: Resoluções do CFP - Manutenção

(Proposta original)

Garantir que as Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil sejam efetivadas e mantidas, considerando que foram construídas coletivamente por plenários eleitos em processos democráticos e que versam pela promoção e defesa dos Direitos Humanos, em consonância com o Código de Ética Profissional, investindo em publicidade e historicidade do processo de construção das

mesmas; e que se reavalie a Resolução 011/2018, a partir das novas demandas e desafios da Prestação de Serviços Psicológicos e seus impactos sociais.

Proposta 154 | Origem (mesclar): 08-E1-0013, 07-E1-0028, 19-E1-0013 | Marcador: Direitos Humanos - Combate ao Racismo

(Proposta original)

Instituir programa de combate ao racismo institucional no sistema Conselhos de Psicologia, além de Comissões de Relações Raciais em cada CRP, promovendo e garantindo a psicologia antirracista enquanto compromisso social da Psicologia.

Proposta 161 | Origem (mesclar): 06-E1-0044, 08-E1-0011, 19-E1-0026, 19-E1-0027, 17-E1-0068 | Marcador: Direitos Humanos - Geral

(Proposta original)

Realizar campanhas e eventos junto às três esferas de governo e à sociedade, incluindo instituições formadoras, reafirmando o posicionamento da Psicologia quanto à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mulheres, população negra, indígena, ribeirinha, quilombola, de terreiro, comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, pessoas convivendo com HIV/AIDS, população carcerária, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas atingidas por fenômenos migratórios e LGBTI+ (garantindo o uso do nome social e, especialmente, o direito de auto atribuição da identidade de gênero de pessoas trans), entre outras, além de intensificar a fiscalização em comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos e quaisquer instituições que firam/violem Direitos Humanos.

Proposta 167 | Origem (mesclar): 12-E1-0004, 01-E1-0014 | Marcador: Direitos Humanos - LGBT

(Proposta original)

Manter e defender as Resoluções CFP nº 01/99 (dispõe sobre normas de atuação para psicólogas em relação a questão da orientação sexual) e CFP nº 01/18 (estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação às pessoas transexuais e travestis) e demais resoluções referentes a Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades, assegurando o debate em torno destas pautas.

Proposta 177 | Origem (encaminhar): 06-E1-0072 | Marcador: Direitos Humanos - Lógica Restaurativa

(Proposta original)

Realizar ações para a promoção da lógica restaurativa voltadas para o enfrentamento da lógica judicializante e punitivista, mantendo e ampliando métodos alternativos de resolução de conflitos, tanto nos processos éticos como nas práticas de orientação e fiscalização do exercício profissional, contemplando a análise do contexto socioeconômico e político e as relações de trabalho, articulando com outros Conselhos Profissionais e entidades pertinentes para a garantia e defesa dos Direitos Humanos.

Proposta 179 | Origem (encaminhar): 02-E1-0047 | Marcador: Educação - Ensino da Psicologia

(Proposta original)

Estabelecer diálogo junto ao MEC, Via ABEP para garantir a inserção do professor de psicologia no Ensino Médio

Proposta 182 | Origem (encaminhar): 17-E1-0056 | Marcador: Educação e Saúde.

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos subsidie discussões, de forma articulada com os 3 níveis de atenção em saúde e com os serviços escolas de Psicologia nos cenários público e privado acerca do papel e atuação das instituições e desta categoria no enfrentamento às situações de crise e violências.

Proposta 237 | Origem (mesclar): 20-E1-0009, 20-E1-0068, 01-E1-0093 | Marcador: Esporte.

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos, juntamente com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP) e os GTs de Psicologia do Esporte, ampliem, incentivem e divulguem eventos científicos, comissões permanentes e o papel do profissional de Psicologia do Esporte para a sociedade, combatendo o racismo, a homofobia, o suicídio e o abuso sexual no contexto esportivo.

Proposta 238 | Origem (mesclar): 15-E3-0003, 09-E1-0066 | Marcador: Exame de Proficiência

(Proposta original)

Instituir exame de proficiência aos diplomados em Psicologia como condição para obter o Registro Profissional de Psicologia.

Proposta 239 | Origem (mesclar): 23-E1-0159, 12-E3-0114, 09-E1-0001, 13-E1-0060, 04-E1-0075, 02-E1-0008, 17-E3-0039, 01-E3-0013 | Marcador: Formação Profissional

(Proposta original)

Articular, por meio da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), a inclusão no ensino dos temas étnico-raciais; culturaiscosmológicos; de classe, gênero e sexualidade; as legislações relativas à ética e ao exercício profissional; os contextos de trabalho (público e privado) e as atribuições do Sistema Conselhos, além de garantir incentivo à pesquisa e produção científica nas diversas linhas teóricas.

Proposta 240 | Origem (mesclar): 23-E3-0097, 16-E3-0228 | Marcador: Formação Profissional - Docência Exclusiva

(Proposta original)

Garantir que disciplinas de Psicologia em cursos de educação regular, aprovados pelo MEC, e em cursos livres, sejam ministradas exclusivamente por graduados em cursos regulamentados em Psicologia.

Proposta 241 | Origem (mesclar): 18-E1-0005, 03-E1-0006, 07-E3-0147, 09-E1-0069, 08-E3-0207, 04-E3-0269, 02-E1-0020, 10-E3-0081 | Marcador: Formação Profissional - Ensino presencial

(Proposta original)

Garantir, por meio de ações junto aos órgãos competentes (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação), que o ensino da Psicologia permaneça exclusivamente presencial, cumprindo a minuta das novas diretrizes curriculares nacionais de 2018 e extinguindo os cursos de Psicologia que funcionam irregularmente no sistema de Educação à Distância (EAD).

Proposta 242 | Origem (encaminhar): 09-E1-0220 | Marcador: Formação Profissional - Licenciatura

(Proposta original)

Fortalecer a licenciatura em psicologia como campo profissional de atuação qualificada na educação e lutar pela ampliação do campo de atuação.

Proposta 244 | Origem (encaminhar): 18-E1-0006 | Marcador: Formação Profissional - Validação de Cursos

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia e a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, fortaleçam e ampliem espaços de diálogo junto ao MEC – Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, sobre a abertura e validação dos cursos de formação na área da Psicologia, fortalecendo a construção junto as IES – Instituições de Ensino Superior dos planos políticos pedagógicos, considerando a atuação profissional da (o) psicóloga (o) em sua dimensão técnica, ética e política, problematizando a mercantilização e precarização do ensino, a atuação nas políticas públicas e relação teorias e prática profissional.

Proposta 245 | Origem (encaminhar): 08-E1-0079 | Marcador: Fundo de Suporte

(Proposta original)

Que o Conselho Federal de Psicologia estabeleça um fundo de suporte ao funcionamento de Conselhos Regionais recém-criados ou sem condições mínimas de manutenção de funcionamento administrativo e técnico, determinando critérios objetivos administrativos e financeiros para acesso ao fundo.

Proposta 246 | Origem (encaminhar): 16-E1-0006 | Marcador: Gestão - Apoio aos Regionais

(Proposta original)

Implementar uma política de gestão de pessoas no Sistema Conselhos de Psicologia, que possa subsidiar ações e decisões nos Regionais, considerando a viabilidade da construção de Planos de Cargos e salários, de acordo com os portes pequeno, médio e grande e o alinhamento dos Conselhos para a negociação dos Acordos de Trabalho.

Proposta 247 | Origem (encaminhar): 03-E1-0008 | Marcador: Gestão - Cota parte

(Proposta original)

Diminuir o repasse dos Conselhos Regionais de Psicologia para o Conselho Federal de Psicologia de 25% para 20%

Proposta 248 | Origem (encaminhar): 10-E1-0005 | Marcador: Gestão - Eventos Regionalizados

(Proposta original)

Promover e garantir eventos com etapas regionalizadas pelo Sistema Conselhos.

Proposta 249 | Origem (encaminhar): 12-E1-0041 | Marcador: Gestão - Sustentabilidade Ambiental

(Proposta original)

Que o Conselho Regional e Federal desenvolvam e apliquem projetos de sustentabilidade ambiental.

Proposta 250 | Origem (encaminhar): 04-E1-0072 | Marcador: História e Memória

(Proposta original)

Retomar o Projeto “História e Memória da Psicologia” no Conselho Federal de Psicologia, de modo a divulgar sua história e memória, a evolução de suas práticas e o posicionamento da sociedade.

Proposta 251 | Origem (encaminhar): 13-E1-0064 | Marcador: Impostos, taxas e emolumentos - Idosos

(Proposta original)

Alterar o texto do artigo 1º da Resolução CFP nº 001/1990, visando diminuir de 65 para 60 anos a idade para isenção de anuidade, obedecendo o que preconiza o Estatuto do Idoso.

Proposta 252 | Origem (mesclar): 21-E1-0095, 12-E1-0013, 13-E1-0062, 04-E1-0106, 10-E1-0007, 05-E1-0002 | Marcador: Impostos, taxas e emolumentos - Recém inscrito

(Proposta original)

Construir uma política de incentivo ao pagamento da anuidade, estabelecendo valores diferenciados para as psicólogas recém inscritas, especialmente as recém formados de baixa renda, considerando as discrepâncias regionais.

Proposta 253 | Origem (encaminhar): 05-E1-0040 | Marcador: Inserção da Psicóloga nas Políticas Públicas - Aborto e cuidado humanizado

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos, via conselhos de direitos e/ou resoluções, atue destacando a especificidade do papel das psicólogas com relação às normas técnicas de cuidado humanizado ao aborto do Ministério da Saúde e na assistência psicológica na perinatalidade.

Proposta 254 | Origem (mesclar): 04-E1-0007, 17-E1-0003, 05-E1-0029 | Marcador: Inserção da Psicóloga nas Políticas Públicas - Geral

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia articule junto aos órgãos competentes a participação da categoria na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, coerentes com a defesa dos direitos humanos e com o combate às violências e voltadas para grupos historicamente excluídos, assegurando a inserção da psicóloga no serviço público.

Proposta 255 | Origem (encaminhar): 03-E1-0264 | Marcador: Interiorização - Assembleias

(Proposta original)

Interiorizar a assembleia geral por meio de pré-assembleias nas regiões e transmissão online nas subsedes. Nas pré-assembleias serão debatidos os temas pertinentes às regiões, subsedes e onde há grupos regionais específicos, permitindo a participação de um representante de cada região regional/ subsele na assembleia geral. As assembleias serão realizadas nas sede e subsedes usando o recurso de transmissão online, garantindo o diálogo e representação do CRP no local, contando como quórum único a somatórias da presença das sede e subsedes.

Proposta 256 | Origem (mesclar): 03-E1-0010, 07-E1-0034, 16-E1-0017, 10-E1-0006 | Marcador: Interiorização - Geral

(Proposta original)

Realizar a interiorização do Sistema Conselhos de Psicologia, expandindo as ações para além dos grandes centros urbanos, garantindo a descentralização político-administrativa dos Regionais e ampliando a participação democrática da categoria no formato de núcleos de base e por meio de seminários anuais de interiorização.

Proposta 257 | Origem (mesclar): 23-E1-0046, 08-E1-0010, 20-E1-0013 | Marcador: Laicidade.

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia reafirme a laicidade da Psicologia, a defesa do Estado Laico e o respeito a todas as crenças dos indivíduos, dialogando, junto à ABEP, com as instituições de ensino sobre a inclusão da temática Psicologia e Laicidade como disciplina das grades curriculares, a fim de fundamentar a orientação e fiscalização das instituições, serviços e/ou psicólogas, estabelecendo limites entre Psicologia e discursos religiosos na atuação profissional.

Proposta 258 | Origem (mesclar): 12-E1-0036, 07-E1-0033 | Marcador: NOVAS PRÁTICAS.

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia discuta e construa um posicionamento específico, via resolução, sobre a atuação da psicóloga nas práticas integrativas e complementares (PICs) realizadas no âmbito público e privado, observando deliberação da APAF sobre a criação do Observatório de Novas Práticas.

Proposta 259 | Origem (encaminhar): 03-E1-0003 | Marcador: OrientaPsi

(Proposta original)

Reativar a Plataforma OrientaPsi inserindo nesta cursos virtuais de qualificação para para todas as psicólogas, incluindo as que atuam em Conselhos de Controle Social, Conselhos de Direitos e outras instâncias representativas, com emissão de certificado, estimulando a participação de psicólogas nos Conselhos Municipais de Controle Social, Conselhos de Direitos, Fóruns Territoriais e outras instâncias afins.

Proposta 260 | Origem (mesclar): 11-E1-0007, 09-E1-0070, 14-E3-0041, 10-E3-0095 | Marcador: Parcerias - Atuação Profissional

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia faça reuniões com as instituições públicas e privadas que empregam profissionais de Psicologia com o intuito de sensibilizar, informar e conscientizar sobre a importância da atuação do profissional em consonância com o código de ética e as resoluções que regem a profissão, objetivando educação permanente, bem como se posicionando contrariamente à criação de graduação à distância, fortalecendo as parcerias com sindicatos, visando o combate efetivo da precarização das relações de trabalho e o assédio moral contra os trabalhadores da Psicologia.

Proposta 261 | Origem (mesclar): 04-E1-0079, 14-E1-0008, 15-E1-0050 | Marcador: Parcerias - Conselhos Profissionais

(Proposta original)

Que o Conselho Federal de Psicologia leve uma proposta aos demais Conselhos Profissionais que fazem parte da área da Saúde (Resolução Nº 044/1993) para criar uma frente unificada para acompanhar, aprofundar a compreensão e estabelecer propostas de enfrentamentos às políticas públicas do atual Governo Federal e denúncia de eventuais perdas das conquistas dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

Proposta 262 | Origem (mesclar): 06-E1-0067, 06-E1-0068, 08-E1-0054 | Marcador: Parcerias - Entidades da Psicologia

(Proposta original)

O sistema Conselhos de Psicologia deve ampliar sua articulação com a Psicologia Latin- Americana, por meio da participação e apoio à União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI) e à Associação Latino-Americana para Formação e Ensino da Psicologia (ALFEPSI), tendo em vista a produção de referências críticas na Psicologia que respondam às especificidades resultantes da produção histórica dos processos subjetivos na América Latina e à superação da perspectiva colonialista que marca a produção de conhecimentos nos países latino americanos, fortalecendo as entidades brasileiras da Psicologia como o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), a BVSPSI e o Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP).

Proposta 263 | Origem (encaminhar): 07-E1-0014 | Marcador: Parcerias - Entidades Latino-Americanas

(Proposta original)

O Sistema Conselhos deve manter a conexão com entidades latino-americanas e mundiais como perspectiva de resistência ao momento político brasileiro atual, dando continuidade à agenda de diálogo e monitoramento em defesa da democracia, das políticas públicas e da autonomia para o exercício profissional.

Proposta 264 | Origem (encaminhar): 02-E1-0030 | Marcador: Parcerias - Público-privadas

(Proposta original)

Estabelecer parcerias junto ao poder público e instituições acadêmicas, visando criar estratégias e dispositivos capazes de aumentar a representatividade da Psicologia em políticas públicas e espaços assistenciais voltadas à população em seu ciclo de vida, ao atendimento à saúde mental, álcool e outras drogas, às populações em situação de vulnerabilidade social, às ações socioeducativas, assim como em situações de desastres e crises humanitárias.

Proposta 265 | Origem (mesclar): 15-E3-0009, 12-E3-0196, 17-E1-0002, 02-E3-0244, 16-E3-0229 | Marcador: Saúde - Saúde Suplementar

(Proposta original)

Regulamentar diretrizes para a prática da Psicologia nos serviços de saúde suplementar, com a continuidade da representação do Sistema Conselhos nas comissões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a produção de documentos que contribuam para a resolução de itens problemáticos na prestação de serviços mediados por planos de saúde, tais como: obrigatoriedade e incoerência no uso da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) para justificar atendimento ou sua continuidade, valores baixos de atendimentos psicológicos, indiferenciação de valores específicos para serviços de natureza diferentes (p. ex.: avaliação psicológica), ausência de acesso direto ao contrato com as operadoras de saúde e etc.

Proposta 266 | Origem (encaminhar): 16-E1-0020 | Marcador: Sistema de Credenciamento - Tiro Esportivo

(Proposta original)

Criar sistema de credenciamento, no modelo já existente na Psicologia de Trânsito, de instituições que promovam a comercialização e cursos de tiro esportivo, aumentando a atuação das Comissões de Orientação e Fiscalização (COF's).

Proposta 267 | Origem (encaminhar): 21-E1-0097 | Marcador: Participação e Representação - Consulta à categoria

(Proposta original)

Promover consulta pública à categoria, com fomento de discussão prévia, quando se tratar de elaboração de notas como instrumentos de validação do posicionamento do CFP, quanto a temas pertinentes.

Proposta 268 | Origem (mesclar): 06-E1-0004, 08-E1-0036, 08-E1-0072, 11-E1-0032, 07-E1-0035 | Marcador: Participação e Representação - Controle Social

(Proposta original)

Fortalecer o diálogo com entidades ligadas aos movimentos sociais e da Psicologia (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira- FENPB) e promover estratégias de incentivo, orientação, estímulo e garantia da participação e representatividade de psicólogas, conselheiras e colaboradores na participação e representatividade profissional nos conselhos deliberativos, fóruns, comitês, conselhos consultivos e de defesa de direitos, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, para definição das diretrizes, elaboração de políticas, legislação, implementação, execução e avaliação em diferentes políticas públicas.

Proposta 269 | Origem (mesclar): 21-E1-0101, 20-E1-0018, 16-E1-0028 | Marcador: Participação e Representação - Dispensa remunerada (Projeto de Lei)

(Proposta original)

Fomentar, discutir e propor alteração e inserção de Projetos de Lei, nos âmbitos municipal, estadual e federal, que garantam a liberação das psicólogas, sem qualquer prejuízo e sem necessidade de repor carga horária, para atuar como Conselheiras do CFP e dos CRPs, assim como nos demais conselhos e representações.

Proposta 270 | Origem (mesclar): 21-E1-0105, 13-E1-0058, 05-E1-0028, 01-E1-0039 | Marcador: Participação e Representação - Estudantes

(Proposta original)

Criar a comissão de estudantes de psicologia a nível nacional, garantindo o mínimo de dois estudantes para o CNP, indicados em cada COREP, acrescentando um estudante a cada 10 mil psicólogas ativas no estado.

Proposta 271 | Origem (encaminhar): 19-E1-0032 | Marcador: Participação e Representação - Estudantes - Direito a Voto

(Proposta original)

Que os estudantes de psicologia possam ter direito a voto nos COREP e no CNP.

Proposta 272 | Origem (mesclar): 09-E1-0201, 14-E1-0010 | Marcador: Participação e Representação - Funcionários

(Proposta original)

Incluir funcionários da área técnica dos Regionais nas Comissões e Grupos de Trabalho do CFP que discutem e deliberam sobre temas diretamente relacionados à orientação e fiscalização da categoria.

Proposta 273 | Origem (encaminhar): 14-E1-0004 | Marcador: Participação e Representação - Representantes das Macro Regiões

(Proposta original)

Fomentar estratégias políticas que viabilizem representan-

tes das macrorregiões dos Estados Federativos Brasileiros nas Comissões dos Conselhos Regionais de Psicologia.

Proposta 274 | Origem (mesclar): 07-E1-0015, 04-E1-0056, 04-E1-0098 | Marcador: Participação e Representação Democrática do Sistema

(Proposta original)

Assegurar a organização democrática e representativa do Sistema Conselhos, respeitando as deliberações do CNP, COREPs e APAF, mantendo sempre a transparência dos processos, independentemente da gestão vigente, articulando com os sindicatos da categoria e ampliando o diálogo com os gestores de municípios e de entidades não governamentais, de modo a garantir a participação das psicólogas nos eventos direcionados à profissão, legitimando a autonomia e a laicidade do Sistema Conselhos.

Proposta 275 | Origem (mesclar): 22-E3-0039, 19-E1-0001, 15-E1-0032, 02-E1-0093, 02-E1-0140 | Marcador: Psicologia do Trânsito.

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos fomente junto aos Conselhos de Trânsito a atuação das psicólogas do trânsito nas políticas públicas que envolvem obtenção de CNH, engenharia de tráfego, educação, intervenção com motorista infrator, reabilitação, criação de espaços de Psicologia nos departamentos estaduais de trânsito e a necessidade da avaliação psicológica regular em cada renovação, reconhecendo a questão como problema de saúde pública e social.

Proposta 276 | Origem (encaminhar): 19-E1-0002 | Marcador: Psicologia do Trânsito - Supervisão e Atendimento

(Proposta original)

Que o Conselho Federal de Psicologia defenda e regule a criação de supervisão obrigatória, dirigida por psicólogas, nas políticas públicas de trânsito em que haja atendimento psicológico, visando a qualidade no desempenho da psicóloga de trânsito.

Proposta 277 | Origem (mesclar): 06-E1-0020, 11-E1-0019, 19-E1-0017, 10-E1-0009 | Marcador: Referências Técnicas/CREPOP - Manutenção e Fortalecimento

(Proposta original)

Manter o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como centro de produção de referências para a prática profissional no campo das políticas públicas sociais e identitárias, ampliando seus objetivos, de forma a que seja também instrumento de resistência, de identificação de ameaças à garantia de direitos e de debate crítico com compromisso social, bem como de ampla divulgação, para a categoria e a sociedade, das implicações do desmonte das políticas públicas sociais, investindo, para tanto, em produções e atualizações de referências técnicas, aumentando a transparência na escolha dos formuladores dos documentos normativos e norteadores da categoria e garantindo o alinhamento dos referidos autores com as diretrizes aprovadas nos CNPs e COREPs.

Proposta 278 | Origem (encaminhar): 19-E3-0113 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Aposentadoria

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia faça gestão junto a associações e os devidos órgãos de atuação no que se refere a fazer cumprir legislação que versa sobre o direito de aposentadoria com 25 anos de serviço para os trabalhos na área da saúde.

Proposta 279 | Origem (encaminhar): 21-E1-0089 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Articulação sobre Exercício da Profissão

(Proposta original)

Articular o CFP e os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e instâncias de controle social, em prol da defesa e inclusão de políticas pertinentes ao exercício da profissão.

Proposta 280 | Origem (encaminhar): 04-E3-0231 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Avaliação Compulsória

(Proposta original)

Aproximar os Conselhos de Psicologia dos órgãos regulamentadores das avaliações psicológicas compulsórias, como Detran, Polícia Federal etc., de forma a orientar a conduta técnica e ética da prática das profissionais psicólogas que atuam diretamente.

Proposta 281 | Origem (encaminhar): 11-E1-0021 | Marcador: Relações Interinstitucionais - CBO

(Proposta original)

Tensionar, junto aos órgãos competentes, a reformulação do Catálogo Brasileiro de Ocupações, após estabelecer debates sobre nossa descrição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Proposta 282 | Origem (encaminhar): 15-E1-0010 | Marcador: Relações Interinstitucionais - CNJ

(Proposta original)

Estabelecer diálogos em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça a respeito das solicitações advindas do Poder Judiciário e Ministério Público que extrapolam as competências das psicólogas dos Sistemas Únicos de Assistência Social (SUAS) e Saúde (SUS); fomentar espaços de discussão sobre as implicações na atuação da psicóloga no SUAS após o Decreto nº 9603 de 10 de dezembro de 2018 e construir orientações técnicas para a categoria.

Proposta 283 | Origem (encaminhar): 18-E3-0096 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Criação de Núcleos ABEP

(Proposta original)

Fomentar junto ao FENPB a criação de núcleos Regionais da ABEP, fortalecendo a institucionalidade da ABEP em nível nacional.

Proposta 284 | Origem (encaminhar): 15-E1-0038 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Defesa do SUS

(Proposta original)

Criar frente permanente em defesa do SUS.

Proposta 285 | Origem (encaminhar): 18-E1-0045 | Marcador: Relações Interinstitucionais - DPVAT

(Proposta original)

Que o CFP estabeleça diálogo junto a seguradora líder para que o acompanhamento psicológico das vítimas de trânsito seja coberto pelo prêmio do seguro DPVAT.

Proposta 286 | Origem (encaminhar): 19-E3-0128 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Empreendedorismo

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia faça gestão junto ao SEBRAE, ABEP, ABRH e demais organismos e associações correlatas para realização de atividades, projetos de extensão e pesquisa, estágios entre outros, visando a ampliação e potencialização das pautas referentes ao empreendedorismo desde a graduação em psicologia nos diversos estados brasileiros incluindo temas como: cobrança de honorários, questões legais, contábeis e contratuais.

Proposta 287 | Origem (mesclar): 23-E3-0144, 07-E3-0130, 04-E3-0270, 05-E3-0074 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Garantia de Direitos

(Proposta original)

Que o CFP convoque o Sistema Conselhos e as entidades da Psicologia para fortalecimento dos sindicatos da Psicologia e a FENAPSI, no sentido de preservar e ampliar conquistas, garantindo a proteção às relações de trabalho, em especial, o piso salarial, a causa da jornada de até 30 horas, conforme Projetos de Lei em andamento no Congresso Nacional, assim como o acompanhamento, fiscalização e orientação dos editais de concursos públicos.

Proposta 288 | Origem (mesclar): 06-E1-0062, 18-E1-0002, 18-E1-0024, 11-E1-0027, 11-E1-0034, 07-E1-0023, 13-E1-0068, 14-E1-0007, 16-E1-0001 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Poder Legislativo - Garantia em Lei

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, articulado com o conjunto dos conselhos profissionais, busque garantir em Lei Federal e em normas constitucionais o funcionamento democrático do Sistema, expresso nos espaços de deliberação e formulação da política tais como APAFs, Assembleias Gerais Orçamentárias e Congressos (COREPs e CNPs), garantindo também as eleições diretas em todos os níveis (regional e nacional) para o Sistema Conselhos, bem como a autonomia dos conselhos profissionais em seu poder regulamentar e normativo, além de buscar o contínuo aprimoramento dos mecanismos de transparência e rigor da gestão, considerando o marco fundamental de já sermos auditados e fiscalizados pelo TCU.

Proposta 289 | Origem (encaminhar): 17-E1-0057 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Poder Legislativo - Garantia em Lei - Desporto

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos mantenha a incidência política no Congresso Nacional referente ao Projeto de Lei 13/2012, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais .

Proposta 290 | Origem (mesclar): 15-E3-0001, 03-E1-0002, 18-E3-0087, 23-E3-0096, 11-E1-0027, 07-E3-0145, 12-E3-0181, 08-E3-0236, 04-E1-0001, 16-E3-0222 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Poder Legislativo - Garantia em Lei - Psicoterapia

(Proposta original)

Fazer gestões junto ao Legislativo e retomar a discussão sobre a psicoterapia enquanto prática profissional exclusiva das psicólogas, com o objetivo de consolidar a regulamentação desta atuação, inserindo o debate sobre limites e possibilidades da psicoterapia nos serviços públicos em atenção aos vários pontos da rede de atenção psicossocial (RAPS), desenvolvendo, junto ao Ministério da Saúde, estratégias para incluir psicoterapia na atenção básica de saúde, bem como assegurando a divulgação dessa atividade junto à sociedade.

Proposta 291 | Origem (mesclar): 23-E1-0011, 11-E1-0027, 01-E1-0112 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Poder Legislativo - Saúde e Sofrimento Psíquico

(Proposta original)

Garantir acompanhamento e participação do Sistema Conselhos nas três esferas do poder, em pautas legislativas em âmbito nacional que versam sobre saúde e sofrimento psíquico humano.

Proposta 292 | Origem (mesclar): 03-E1-0114, 17-E3-0118, 01-E3-0075 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Presença da Psicóloga na Assistência Social

(Proposta original)

Dialogar com o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS - FNTSUAS, Comissão Intergestora Tripartite - CIT , Associação Brasileira de Psicologia na Assistência Social - ABRAPAS e Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO para que seja garantido o financiamento do SUAS e suas seguranças afiançadas, bem como alicerçar os direitos das/os trabalhadoras/es no âmbito desta política.

Proposta 293 | Origem (mesclar): 15-E1-0020, 12-E1-0016, 12-E2-0056, 07-E3-0146, 09-E2-0209, 04-E3-0243, 04-E3-0258, 17-E2-0016, 10-E1-0004 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Presença da Psicóloga na escola

(Proposta original)

Buscar aprovação de leis que garantam em todos os espaços formais de educação, públicos ou privados, a pre-

sença obrigatória da psicóloga, atendendo todos os níveis educacionais, reforçando a necessidade da sua atuação em vias de combater a medicalização, a patologização e os processos excludentes.

Proposta 294 | Origem (mesclar): 18-E1-0013, 03-E3-0067, 09-E1-0187, 09-E1-0207 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Presença da Psicóloga na Saúde

(Proposta original)

Articular junto ao SINPSI e outras entidades da Psicologia nos espaços deliberativos das políticas de saúde (conselhos e conferências, dentre outros) sobre a obrigatoriedade da presença da psicóloga em serviços de atenção básica à saúde, bem como sobre a ampliação dos procedimentos de psicologia na tabela SUS e trabalhar junto com Ministério da Saúde para reativar supervisores e ativadores de rede, garantindo a presença da psicóloga nas equipes multidisciplinares da estratégia de saúde da família e demais programas especializados.

Proposta 295 | Origem (encaminhar): 06-E3-0231 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Psicologia Escolar

(Proposta original)

Fomentar o debate sobre a presença da psicologia nas escolas, potencializando o espaço de formação em psicologia escolar, e ampliar a divulgação das referências técnicas para atuação das psicólogas nos processos de escolarização junto aos estudantes e à categoria profissional, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), de forma a garantir uma atuação crítica e ampliada, por meio do trabalho em rede e comunitário, pautando temáticas sobre violação de direitos humanos, análise institucional, culpabilização da família e do estudante, patologização e medicalização da vida, entre outros temas pertinentes, além de discutir e melhorar junto aos órgãos públicos os projetos de lei que garantam a presença da psicóloga em instituições escolares municipais e estaduais.

Proposta 296 | Origem (encaminhar): 02-E3-0240 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Psicologia Hospitalar

(Proposta original)

Regulamentar os serviços de psicologia no hospital, com rotinas e protocolos de atendimento e definir quantidades de leitos/ pacientes por profissional neste contexto.

Proposta 297 | Origem (encaminhar): 15-E1-0047 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Saúde da Psicóloga

(Proposta original)

Desenvolver política de cidadania (saúde mental) para os profissionais da Psicologia – o cuidar do cuidador –, articulando com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST.

Proposta 298 | Origem (mesclar): 03-E1-0106, 23-E1-0046, 11-E3-0110, 04-E1-0092, 17-E1-0049, 15-E1-0033 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Saúde Mental

(Proposta original)

Propor diálogo e reivindicar junto ao Conselho Nacional de Saúde, em articulação com movimentos sociais e outros conselhos federais de profissionais de saúde, para que seja garantido o fortalecimento da Política de Redução de Danos, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial enquanto Política de Saúde Mental, em respeito aos direitos humanos e em contra da internação compulsória, promovendo o enfrentamento junto ao Ministério da Saúde à compra e utilização de aparelhos de eletroconvulsoterapia (ECT), com base na vedação à tortura conforme artigo 1º, inciso 9º da Constituição Federal. Exigir critérios técnicos para a escolha dos investimentos em saúde mental, priorizando o tratamento comunitário, o enfrentamento ao suicídio e a outras situações de crise e violências, buscando o investimento de recursos que apresentem melhor custo-efetividade em termos populacionais.

Proposta 299 | Origem (mesclar): 18-E1-0094, 20-E1-0012, 05-E1-0035 | Marcador: Relações Interinstitucionais - Saúde Mental - RAPS

(Proposta original)

Fazer gestão junto às instâncias legislativas e executivas nacional, estaduais e municipais no sentido de fortalecer as conquistas da política de saúde mental e das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), promovendo fóruns de discussões entre o Sistema Conselhos e usuários, a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e os Conselhos Municipais e Estaduais de Direitos, provocando a implementação, ampliação e inclusão obrigatória das psicólogas na Rede.

Proposta 300 | Origem (mesclar): 22-E1-0003, 21-E1-0092 | Marcador: Representação - CRP's no CFP

(Proposta original)

Promover composição do Plenário do Conselho Federal a partir da indicação de um representante por Regional.

Proposta 301 | Origem (encaminhar): 19-E1-0047 | Marcador: Revisão do Porte dos Conselhos

(Proposta original)

Que o sistema conselhos revisem os critérios para definição do porte dos CRPs para defini-los como pequenos, médios e grandes e que além dos números dos profissionais inscritos nos regionais sejam verificados outros fatores.

Proposta 302 | Origem (encaminhar): 17-E3-0126 | Marcador: COF - Avaliação Psicológica

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos, em diálogo com as associações de avaliação psicológica, torne mais rigorosos os critérios para aquisição e a aplicação de testes psicológicos, bem como intensifique as orientações e fiscalização dessas práticas

Proposta 303 | Origem (encaminhar): 11-E1-0020 | Marcador: CREPOP - Participação dos Trabalhadores

(Proposta original)

Ampliar a participação dos trabalhadores das políticas setoriais nas discussões relativas à construção de referências, resoluções, notas técnicas e outros documentos acerca dos temas que lhes concernem.

EIXO 2: O DIÁLOGO DA PSICOLOGIA COM A SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM A DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS.

Quantidade de propostas: 99

Proposta 1 | Origem (encaminhar): 05-E2-0049 | Marcador: Acesso a serviços psicológicos

(Proposta original)

Ampliar e fortalecer a democratização do acesso das populações historicamente marginalizadas aos serviços de psicologia, tendo em vista o compromisso da psicologia com as populações negra e minoritárias frente a seus direitos e acesso a políticas públicas.

Proposta 2 | Origem (mesclar): 21-E2-0114, 21-E2-0124, 12-E2-0050, 05-E2-0069 | Marcador: Articulação - Direitos Humanos

(Proposta original)

Aprofundar o diálogo com os movimentos sociais, estudantil, entidades representativas (LGBTQI+, feministas, negros, população em situação de rua, indígenas, quilombolas, fóruns representativos de religiões de matriz africana, povos tradicionais, povos em luta por território, mulheres, imigrantes, pessoas com deficiência, idosos e outros grupos em vulnerabilidade social), instituições públicas e Comissões de Direitos Humanos, a nível regional e nacional, acerca da banalização do extermínio direto e indireto e contra a violências institucional e estatal que atingem estas populações, objetivando ampliar e fortalecer a relação da Psicologia com a garantia de direitos fundamentais, em favor da democracia, dos direitos humanos e em contra a todas formas de exclusão.

Proposta 5 | Origem (encaminhar): 20-E2-0056 | Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Livre Expressão

(Proposta original)

Articular o Sistema Conselhos com as instituições públicas no intuito de incentivar as discussões sobre o fortalecimento da cidadania e a importância de livre expressão política, cultural e ideológica a luz dos Direitos Humanos, promovendo ações para o combate à tortura e todas as formas de preconceito, discriminação e estigmatização, independente de raça, gênero, etnia, religiosidade e quaisquer outras particularidades.

Proposta 6 | Origem (mesclar): 03-E2-0049, 12-E2-0046 | Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Prevenção e combate à tortura

(Proposta original)

Articular e apoiar a criação de mecanismos e comitês de prevenção e combate à tortura em todas as Unidades Federativas, bem como a integração com os Conselhos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura.

Proposta 57 | Origem (encaminhar): 23-E2-0050 | Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Publicação e divulgação de materiais

(Proposta original)

Aproximar e articular com os movimentos sociais e estudantil, a nível regional e nacional, visando o fortalecimento entre relação da Psicologia com a sociedade, investindo na produção, publicação e divulgação de materiais de educação em direitos humanos.

Proposta 61 | Origem (encaminhar): 16-E2-0129 | Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Violação

(Proposta original)

Articular com órgãos, instituições e entidades de defesa dos direitos humanos a orientação e fiscalização periódica à estabelecimentos de privação e restrição de liberdade, acolhimento institucional, instituições com práticas manicomial (hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, manicômios judiciários), leitos de saúde mental em hospitais gerais, com o foco na prevenção e combate à tortura, visando a garantia dos direitos humanos

Proposta 63 | Origem (encaminhar): 08-E2-0154 | Marcador: Articulação - Educação/Democracia

(Proposta original)

Promover debates, em parceria com as entidades da Psicologia, junto à categoria, à sociedade e às entidades, fóruns e associações do campo da educação, com o intuito de repensar o modelo de funcionamento escolar atual e de combater projetos que coloquem em risco o livre pensar e a atividade educativa, como o Escola sem Partido, fortalecendo ações que contemplem as singularidades humanas e os processos coletivos e humanitários, pautando-se por um modelo de educação inclusiva, democrática e cidadã, que respeite a diversidade e que crie condições para o protagonismo dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

Proposta 67 | Origem (mesclar): 18-E2-0107, 12-E2-0054, 04-E2-0160 | Marcador: Articulação - Formação/Direitos Humanos

(Proposta original)

Ampliar o diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) sobre a inclusão nas ementas universitárias dos cursos de Psicologia (graduação, licenciatura e Pós-Graduação) das contribuições da Psicologia nas reflexões contra o fascismo e violências cotidianas da sociedade, contemplando a transversalidade

de dos direitos humanos na formação profissional de Psicologia, as relações étnico-raciais (de acordo com as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008) e reforçando a necessidade de discussão sobre políticas públicas e direitos humanos.

Proposta 69 | Origem (encaminhar): 10-E2-0044 | Marcador: Articulação - Formação/Direitos Humanos - MEC

(Proposta original)

Pressionar o Ministério de Educação/MEC para incluir no currículo dos cursos de Psicologia os temas de orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, sexualidade, desigualdade sociais e direitos humanos.

Proposta 70 | Origem (encaminhar): 19-E2-0093 | Marcador: Articulação - Formação/Políticas Públicas

(Proposta original)

Propor a articulação entre os CR's, CF e ABEP, no sentido do trabalho do tema Políticas Públicas (de um modo geral, incluindo política, políticas sociais, programas sociais, programas de governo e afins) a partir do entendimento que a(o) psicóloga(o) deve, na graduação, se apropriar suficientemente desse tema, que é estrutural no Brasil.

Proposta 72 | Origem (encaminhar): 01-E2-0128 | Marcador: Articulação - Laicidade

(Proposta original)

Estimular o combate ao preconceito e à intolerância religiosa, promovendo: diálogos e aproximações da psicologia com grupos e lideranças espirituais/religiosas, debates com as/os psicólogas/os e elaboração de técnicas sobre o tema. (PC11.15.RE2.N2)

Proposta 76 | Origem (encaminhar): 18-E2-0086 | Marcador: Articulação - Laicidade/FENPB e FENAPSI

(Proposta original)

Ampliar e intensificar, juntamente com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), discussões de temas relacionados à laicidade na Psicologia e defesa dos direitos humanos na prática profissional.

Proposta 79 | Origem (encaminhar): 01-E2-0052 | Marcador: Articulação - Licenciatura em Psicologia

(Proposta original)

Promover espaços de diálogos para os profissionais, instituições e sociedade sobre a práxis da licenciatura em psicologia. (PC3.23.N3)

Proposta 82 | Origem (encaminhar): 08-E2-0177 | Marcador: Articulação - Mobilidade humana e urbana

(Proposta original)

Promover, a partir de eventos em todos os Regionais e em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira – FENPB, debate sobre a mobilidade humana e sustentável, reconhecendo-a como necessidade social.

Proposta 84 | Origem (encaminhar): 18-E2-0041 | Marcador: Articulação - Pessoas com Deficiência - CNH e mobilidade

(Proposta original)

Ampliar o debate, juntamente com órgãos de trânsito e instituições afins, sobre a importância da acessibilidade para obtenção da CNH e mobilidade humana no sistema de trânsito para as pessoas com deficiência.

Proposta 86 | Origem (encaminhar): 05-E2-0054 | Marcador: Articulação - Pessoas vivendo com HIV/AIDS - CREPOP

(Proposta original)

Comprometer-se na luta contra a AIDS e contra os estigmas sofridos pelas pessoas vivendo com HIV, fomentando representação junto aos conselhos de saúde, direitos humanos e LGBTs, transversalizando esse debate, criando uma agenda de debates nacional no mês de dezembro – mês de luta contra AIDS/HIV e atualizando a Referência Técnica da atuação da psicóloga em HIV/AIDS

Proposta 88 | Origem (mesclar): 22-E2-0020, 21-E2-0123, 14-E2-0024, 17-E2-0006 | Marcador: Articulação - Políticas Públicas - Controle Social

(Proposta original)

Estimular a defesa da manutenção dos espaços de controle social, construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas (conferências), no intuito de reverter o desmonte desses sistemas, orientando e promovendo ações que ampliem a participação das/os profissionais nestes espaços, a partir da defesa dos direitos humanos em relação à prática profissional, primando pelo cumprimento da legislação vigente, com ênfase para população negra, povos de matriz africana, comunidades tradicionais, LGBT (priorizando ações voltadas a mulheres trans e travestis), indígenas, povos originários, população em situação de rua, pessoas convivendo com HIV/AIDS, mulheres e sujeitos em situação de conflito com a lei, na prevenção à criminalidade, desencarceramento e na valorização das vidas em riscos e vulnerabilidade social.

Proposta 95 | Origem (encaminhar): 04-E2-0215 | Marcador: Articulação - Políticas Públicas - Controle Social - Sistemas de Justiça Penal

(Proposta original)

Fomentar a participação das psicólogas nos processos de elaboração, execução e monitoramento de políticas de segurança pública pautadas na prevenção à criminalidade, desencarceramento e na valorização das vidas em riscos e vulnerabilidade social.

Proposta 97 | Origem (encaminhar): 08-E2-0108 | Marcador: Articulação - Políticas Públicas - Direitos Humanos

(Proposta original)

Exigir da comissão de competência do Conselho Federal de Psicologia a vigilância acerca da condução e execução das políticas públicas, de modo a que se preserve e se garanta princípios éticos em prol dos direitos humanos.

Proposta 98 | Origem (encaminhar): 02-E2-0138 | Marcador: Articulação - Políticas Públicas - Participação

(Proposta original)

incentivar projetos e práticas de cuidados que envolvam familiares, usuários e profissionais nos espaços de controle social, visando a participação social ativa a autonomia e o protagonismo.

Proposta 100 | Origem (mesclar): 06-E2-0093, 04-E2-0187 | Marcador: Articulação - Políticas Públicas - SUS/SUAS

(Proposta original)

Criar e implementar estratégias que subsidiem ações de enfrentamento ao desmonte e aos retrocessos dos sistemas de proteção social e garantia de direitos (SUS e SUAS, Sistema de Garantia e Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, políticas de educação e outras políticas sociais), denunciando o subfinanciamento histórico agravado pela EC-95 e pela atual proposta de desvinculação total das receitas da união, em defesa de seu caráter público e democrático e da responsabilidade do Estado, fomentando o debate entre a categoria, estudantes, conselhos de direitos, movimentos sociais e instituições (Judiciário e Ministério Público) sobre direitos humanos e sociais, visando garantir a atuação das psicólogas nas equipes de referência, ampliando e qualificando sua participação nas instâncias de controle social. Defender e potencializar, ainda, o protagonismo da(o)s usuária(o)s nestes espaços, fortalecer o trabalho em rede, posicionando-se contra as práticas assistencialistas e medicalizantes e evitar a judicialização da vida e do saber/fazer da Psicologia.

Proposta 102 | Origem (encaminhar): 03-E2-0045 | Marcador: Articulação - Políticas sobre drogas - Direitos Humanos

(Proposta original)

Participar dos espaços institucionais de debate sobre a legalização das drogas, defendendo políticas públicas embasadas em evidências históricas e científicas, defendendo a não criminalização do uso de substâncias psicoativas, com ênfase na proteção e promoção dos direitos da população negra, e reafirmando esse posicionamento como fundamental para uma política efetiva de saúde mental, a partir do paradigma de redução de danos .

Proposta 105 | Origem (encaminhar): 06-E2-0139 | Marcador: Articulação - População Negra/Criança e Adolescente

(Proposta original)

Racismo

Ampliar a discussão, em parceria com movimentos sociais, sobre a violência policial e o encarceramento em massa da juventude pobre e negra, potencializando expressões culturais e artísticas além de continuar os debates em torno dos processos sociais de produção de desigualdades e sua interface com questões sociais, de classe e gênero. Qualificar o exercício da psicologia visando o enfrentamento ao racismo pela expansão de ações afir-

mativas e priorizar o enfrentamento da violência estrutural do Estado, do racismo e do genocídio da população negra. Fomentar, nos diversos espaços institucionais, a discussão sobre resgate da origem e subjetividade das crianças e adolescentes negros, promovendo a reflexão sobre os impactos decorrentes do racismo na infância e na vida adulta e reafirmando a participação do Conselho na garantia dos direitos humanos e da democracia.

Proposta 107 | Origem (mesclar): 23-E2-0047, 20-E2-0044 | Marcador: Articulação - Povos Tradicionais e Originários - Saúde Mental

(Proposta original)

Ampliar o diálogo entre as esferas públicas e os profissionais que trabalham com a saúde dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, com o objetivo de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial-RAPS e garantir os serviços de Psicologia para essas populações, pautados no compromisso social e com ênfase na defesa de direitos humanos, numa perspectiva interseccional e consubstancial (gênero, raça e classe) , fortalecendo o diálogo da Psicologia com saberes e práticas tradicionais, para atuação junto aos usuários de álcool e outras drogas nessas populações.

Proposta 108 | Origem (encaminhar): 06-E2-0131 | Marcador: Articulação - Povos Tradicionais e Originários/Colonização

(Proposta original)

Promover, junto às populações negras, indígenas, tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, ciganas, povos de terreiros, povos da terra e povos em luta por território, ações que garantam sua representatividade dentro da Psicologia e seus espaços de discussão, a partir do entendimento da história do Brasil, com ênfase nas perspectivas culturais tradicionais, a fim de visibilizar suas culturas e existências, discutindo e ampliando debates e diretrizes de cuidados junto à categoria para ações específicas, tendo como base os direitos humanos e o respeito à diversidade cultural e religiosa. Construir estratégias e diálogos garantindo a representatividade dessas populações para garantir seus modos de existências e de seus territórios, em luta pelos espaços de discussão dentro da Psicologia. Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em articulação com a sociedade, movimentos sociais e órgãos de defesa de direitos, pautar o processo de formação social e histórica do Brasil, reconhecendo as relações de dominação produzidas pela colonização com o extermínio dos povos indígenas, sequestro e escravização dos povos africanos, que produz formas de racismo e violência contra indígenas e negros. O Sistema Conselhos deve posicionar-se como ator na luta contra o racismo, produzindo ações antirracistas efetivas, inclusive com a ampliação do debate na categoria.

Proposta 109 | Origem (encaminhar): 03-E2-0232 | Marcador: Articulação - Prevenção e enfrentamento ao suicídio

(Proposta original)

O Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil, em articulação com organizações governamentais e não governamentais relacionados à saúde, educação, esporte e assis-

tência social, deverá desenvolver estratégias de prevenção e posvenção do suicídio e demais violências autoprovocadas, com destaque às populações mais vulnerabilizadas.

Proposta 111 | Origem (encaminhar): 07-E2-0075 | Marcador: Articulação - Saúde Mental

(Proposta original)

Articular diretamente com os poderes executivo, legislativo e judiciário pela retirada das legislações das comunidades terapêuticas, leitos em hospitais psiquiátricos e ambulatórios especializados de saúde mental, manifestando-se em contrariedade ao uso irrestrito da eletroconvulsoterapia.

Proposta 115 | Origem (mesclar): 13-E2-0086, 17-E2-0021, 19-E2-0071, 10-E2-0041 | Marcador: Articulação - Sistema de Justiça - Intersectorialidade

(Proposta original)

Fomentar as discussões com o Sistema de Justiça (Conselho Nacional de Justiça-CNJ), de Segurança Pública e outros sistemas de garantias de direitos (conselho tutelar, conselhos de direitos, entre outros), considerando as pautas de judicialização de demandas do SUAS e de transbordo do Sistema Judiciário, no sentido de estabelecer critérios para as demandas do judiciário às psicólogas de outras políticas públicas, evitando as excessivas e equivocadas demandas judiciais que vão de encontro ao fazer profissional das que estão atuando nas políticas públicas de saúde e assistência social, inclusive construindo nota técnica ou outro expediente direcionado aos gestores destas políticas.

Proposta 117 | Origem (encaminhar): 17-E2-0092 | Marcador: Articulação - Sistemas de Justiça Penal

(Proposta original)

Manter a incidência e participação em fóruns de discussão, construção e fiscalização da política pública de segurança pública no sentido do respeito aos direitos humanos das pessoas envolvidas com atos infracionais/crimes, sejam elas imputáveis, inimputáveis ou semi-inimputáveis; além da necessidade de inserir o profissional da Psicologia nas instituições de recolhimento judicial de regime fechado.

Proposta 118 | Origem (encaminhar): 08-E2-0114 | Marcador: Articulação - Sistemas de Justiça Penal/ Movimentos sociais

(Proposta original)

Estabelecer parceria com movimentos sociais com o intuito de compreender e denunciar a violência política e policial e o encarceramento em massa, fomentando métodos de resolução de conflitos no âmbito da segurança pública, que superem o modelo penal que tem como paradigma o encarceramento da juventude pobre e negra, propondo alternativas à militarização das relações entre o Estado e a população, bem como, sendo intransigente na defesa da não redução da maioria penal e do não aumento do tempo de internação dos/as adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Proposta 120 | Origem (encaminhar): 07-E2-0095 | Marcador: Avaliação Psicológica - Direitos Humanos

(Proposta original)

As Comissões de Avaliação Psicológica devem considerar os marcadores sociais da diferença (raça, etnia, gênero, geografia, acessibilidade, renda, entre outros), em especial as dinâmicas e expressões do racismo, sexismo e capacitismo.

Proposta 121 | Origem (encaminhar): 10-E2-0039 | Marcador: Avaliação Psicológica - Processo Transexualizador

(Proposta original)

Produzir referências técnicas acerca da avaliação psicológica referente ao processo transexualizador, que vise superar o modelo biomédico de patologização e medicalização.

Proposta 123 | Origem (encaminhar): 19-E2-0090 | Marcador: Cadastro Nacional de Psicólogas(os)

(Proposta original)

Que o “Cadastro Nacional de Psicólogas” amplie as informações disponibilizadas ao público, considerando os avanços tecnológicos sucedidos tanto em níveis societários quanto também internamente no Sistema Conselhos de Psicologia; bem como a enorme demanda de informação solicitada por pessoas e instituições quanto a dados de contato com telefone, e-mail e endereço das(os) profissionais junto aos CRPs e, inspirando-nos em modelos já existentes em outros conselhos profissionais (como, por exemplo, Conselho de Medicina).

Proposta 131 | Origem (mesclar): 15-E2-0004, 18-E3-0047, 21-E3-0132, 23-E2-0175, 09-E3-0196, 04-E2-0118, 19-E2-0064, 16-E2-0106, 10-E2-0036, 01-E2-0050 | Marcador: Comunicação.

(Proposta original)

Ampliar formas de divulgação e diálogo com a sociedade, por meio de linguagem assertiva e de fácil compreensão, através de diferentes meios e espaços de comunicação (rádio, TV, podcast, instagram, facebook, twitter, etc) para discussão e divulgação da abrangência da Psicologia como ciência e profissão, sobre o exercício ilegal da profissão e elucidação das práticas do exercício profissional, diferenciando-a de outras áreas/atuções como Práticas Integrativas Complementares (PIC's), práticas terapêuticas alternativas e complementares, buscando o desenvolvimento, valorização, autonomia, consciência profissional e política, em favor da democracia e da defesa dos direitos humanos.

Proposta 132 | Origem (encaminhar): 19-E2-0084 | Marcador: Comunicação - CREPOP - Saúde Mental - Povos Tradicionais e Originários

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos reforce seu compromisso com as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas, entre outras) por meio da criação de campanhas de “pre-

venção ao suicídio” e “cuidados em saúde mental”, considerando os dados atuais sobre os altos índices de suicídio em tais comunidades e os materiais do Crepop que versam sobre essa categoria.

Proposta 139 | Origem (mesclar): 03-E2-0020, 18-E2-0049, 18-E2-0051, 18-E2-0058, 21-E2-0117, 08-E2-0115, 11-E2-0054, 07-E2-0056, 13-E2-0076, 13-E2-0079, 09-E2-0269, 04-E2-0110, 04-E2-0193, 17-E2-0088, 10-E2-0042, 05-E2-0046, 02-E2-0149, 15-E2-0052 | Marcador: Comunicação - Direitos Humanos

(Proposta original)

Fortalecer, em parceria com os movimentos populares e sociais, a participação da Psicologia na luta pelos direitos humanos, reforçando a transversalidade do tema na profissão e os posicionamentos ético-políticos do Sistema Conselhos, sensibilizando sobre como contextos políticos, sociais e culturais agem como produtores de sofrimento psíquico, em defesa de políticas de ações afirmativas que visem a garantia de direitos e a cidadania e o combate à discriminação e a toda e qualquer forma de violação de direitos (populações empobrecidas, negras, periféricas, com deficiências, indígenas, LGBT, quilombolas, povos tradicionais, do campo e da florestas, sem-terra, vítimas de violência doméstica, de gênero e feminicídio), ampliando a escuta e as práticas psicológicas e potencializando a produção científica, publicações, campanhas e eventos nesse âmbito.

Proposta 140 | Origem (encaminhar): 04-E2-0107 | Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/CREPOP

(Proposta original)

Promover discussões com a categoria profissional, a sociedade civil e instituições sobre as relações de gênero, raça e classe. Desenvolvendo eventos, debates e confecção de materiais pelo CREPOP com o objetivo de fomentar a discussão dos temas supracitados, impelindo assim, que o Sistema Conselhos torne explícito a toda comunidade seus posicionamentos contra toda forma de violação de direitos humanos, inclusive as terapias de (RE) orientação sexual descritas no PL 4.931/2016.

Proposta 142 | Origem (encaminhar): 22-E2-0015 | Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/Descentralização

(Proposta original)

Promover a descentralização de debates nas regiões mais afastadas das Sedes, sobre as temáticas relativas aos direitos humanos contemplando as especificidades locais;

Proposta 145 | Origem (mesclar): 09-E2-0266, 04-E2-0111 | Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/Violação

(Proposta original)

Elaborar estratégias para a defesa dos direitos humanos e enfrentamento de toda forma de violência, denunciando a ocorrência de torturas e violações de direitos, princi-

palmente para grupos vulneráveis e vítimas históricas de exclusão, como: população em situação de rua, LGBT, indígena, periférica, mulheres, pessoas com deficiência, residentes em instituições asilares e de longa permanência.

Proposta 146 | Origem (encaminhar): 13-E2-0085 | Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/Violação - Proteção ao profissional

(Proposta original)

Promover discussões com a categoria, Sistema de Justiça, Conselhos profissionais e a sociedade, objetivando a construção de procedimentos que garantam o sigilo e a proteção as(os) profissionais que notificam e/ou denunciam situação de violação de direitos.

Proposta 148 | Origem (encaminhar): 10-E2-0059 | Marcador: Comunicação - Divulgação Científica/Amazônia

(Proposta original)

Criar uma revista para publicações de trabalhos e experiências profissionais no campo da Psicologia na Amazônia.

Proposta 150 | Origem (encaminhar): 20-E2-0040 | Marcador: Comunicação - Educação e Saúde Mental

(Proposta original)

Contribuir e incentivar junto ao sistema de educação a realização de campanhas de saúde mental e cultura de paz na escola, com ênfase interventiva no processo de mediação de conflitos, em articulação com o Programa Nacional de Saúde na Escola

Proposta 153 | Origem (mesclar): 07-E2-0072, 01-E2-0034 | Marcador: Comunicação - Educação/Democracia

(Proposta original)

Estabelecer posicionamento contra o projeto de lei “Escola sem Partido” e o processo de militarização das escolas, em articulação com os movimentos sociais, conselhos e fóruns de controle social e de trabalhadoras(es) da educação, com vistas à proteção e defesa dos direitos e da liberdade de expressão dos educandos e dos educadores, assim como a autonomia profissional dos docentes, incluindo o monitoramento permanente.

Proposta 155 | Origem (encaminhar): 09-E2-0316 | Marcador: Comunicação - Educação/Ensino Médio

(Proposta original)

Fortalecer e dar continuidade às discussões e garantir a inserção da psicologia no ensino médio como disciplina.

Proposta 157 | Origem (encaminhar): 14-E2-0027 | Marcador: Comunicação - Educação/Gênero e sexualidade

(Proposta original)

Fortalecer as discussões sobre Gênero e Sexualidade nas Escolas por meio da realização de Simpósios em conjunto

com órgãos Gestores da Educação e afins, com o propósito de estabelecer parâmetros e ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar.

Proposta 159 | Origem (encaminhar): 06-E2-0031 | Marcador: Comunicação - Formação/Direitos Humanos

(Proposta original)

Articular com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), a União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI) e a Associação Latino Americana para Formação e Ensino da Psicologia (ALFEPSI), a defesa da autonomia didático-científica das Instituições de Ensino Superior e outras relacionadas à formação básica e continuada, da autonomia docente para selecionar, organizar e realizar suas atividades acadêmicas, em consonância com o projeto pedagógico de seu curso, com as diretrizes éticas da profissão e com os Direitos Humanos, posicionando-se pela defesa da formação pluralista, generalista e presencial em Psicologia, articulando-se com conselhos, associações e entidades de outras categorias profissionais que também defendam a formação de qualidade e mantendo posição crítica contra a mercantilização do ensino, a precarização das condições do trabalho docente e os retrocessos nas Políticas Públicas.

Proposta 162 | Origem (mesclar): 12-E2-0058, 09-E2-0025 | Marcador: Comunicação - Gênero

(Proposta original)

Desenvolver, de forma contínua, e em parceria com Instituições de Ensino Superior, campanhas preventivas e educativas e eventos sobre gênero, feminismos, psicologia feminista e violência doméstica e de gênero contra meninas e mulheres, contextualizando a historicidade dessas temáticas, bem como as consequências desse tipo de violência e repercussão na saúde mental das mulheres e famílias, de forma a ampliar o diálogo da Psicologia com a luta democrática empreendida em relação à violência contra às mulheres em diversos espaços da sociedade.

Proposta 165 | Origem (encaminhar): 13-E2-0084 | Marcador: Comunicação - Judicialização da vida - Criança e Adolescente

(Proposta original)

Ampliar a discussão sobre a redução da maioridade penal, judicialização da vida, na perspectiva da desconstrução da criminalização e institucionalização (medidas protetivas e socioeducativas) infanto-juvenil relacionadas ao recorte de classe e raça, através da promoção de campanhas educativas que alcancem as(os) profissionais e a população.

Proposta 169 | Origem (mesclar): 03-E2-0111, 11-E2-0047, 07-E2-0058, 09-E2-0240 | Marcador: Comunicação - Laicidade

(Proposta original)

Contribuir para a garantia da liberdade religiosa de crença e culto, por meio de campanhas de sensibilização e orientação a respeito da laicidade do Estado e do sofrimento

psíquico decorrente da discriminação/racismo religioso, reafirmando o caráter laico da formação e do exercício da profissão, ampliando a produção e a divulgação de materiais de orientação técnica sobre o exercício da profissão, bem como criando grupos de trabalho, comitês, fóruns de debates e articulação parlamentar sobre o tema.

Proposta 171 | Origem (mesclar): 17-E2-0007, 10-E2-0051 | Marcador: Comunicação - Medicalização e judicialização da vida

(Proposta original)

Ampliar o diálogo e a comunicação dos psicólogos com outras categorias profissionais, no âmbito público e privado, para o compromisso ético e político contra a patologização da sociedade, articulando os saberes e fazeres na busca de práticas substitutivas à medicalização e judicialização da vida, fortalecendo as redes de apoio e cuidado em saúde mental.

Proposta 173 | Origem (encaminhar): 16-E2-0131 | Marcador: Comunicação - Mobilidade humana e urbana/violência e transversalidade

(Proposta original)

Discutir a temática da mobilidade humana/urbana em relação a questões transversais, tais como violência de gênero e étnico-racial, compreendendo os aspectos do espaço da cidade como possível produtor de violências ou de garantia de direitos.

Proposta 186 | Origem (mesclar): 06-E2-0128, 03-E2-0239, 18-E2-0056, 11-E2-0045, 09-E2-0291, 14-E2-0051, 16-E2-0136, 05-E2-0053, 01-E2-0018, 01-E2-0019 | Marcador: Comunicação - Orientação sexual e diversidade de gênero

(Proposta original)

Reafirmar integralmente, no âmbito nacional e internacional, as Resoluções CFP N.º. 001/99 (que estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação à questão da orientação sexual) e CFP N.º. 001/2018 (que estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação às pessoas transexuais e travestis), por meio da fiscalização da oferta de serviços, da produção de conteúdos e de documentos norteadores, da promoção de eventos nos níveis de atuação, formação e organização estudantil e profissional, bem como da realização de ações de enfrentamento à LGBTfobia e do fortalecimento do posicionamento contrário aos discursos da prática de “cura gay” e da patologização das homolebissexualidades e das identidades de gênero, a fim de promover a cidadania e a garantia de direitos individuais, sexuais e reprodutivos.

Proposta 187 | Origem (encaminhar): 02-E2-0151 | Marcador: Comunicação - Pessoas com Deficiência

(Proposta original)

Ampliar a política de acessibilidade, cumprindo a Lei n.º 13.146/2015, tornando acessível à categoria e usuários do serviço todo o material produzido pelo Sistema Conselhos.

Proposta 188 | Origem (mesclar): 08-E2-0144, 12-E2-0045 | Marcador: Comunicação - Políticas Públicas

(Proposta original)

Defender publicamente os sistemas de proteção social e garantia de direitos como políticas públicas sob responsabilidade do Estado, com caráter público e democrático, defendendo a não terceirização das instituições e serviços e criando mecanismos que propiciem análises, debates, divulgação e elucidação sobre o tema para toda a categoria, em diálogo com a sociedade, explicitando a defesa do SUS, do SUAS, da Educação e do Sistema de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e dos demais direitos sociais que se encontrem sob ameaça.

Proposta 189 | Origem (encaminhar): 16-E2-0133 | Marcador: Comunicação - Políticas Públicas - CRE-POP - Violência sexual

(Proposta original)

Fomentar debates, produzir referências e realizar ações junto à categoria e gestoras(es) visando à sensibilização ético-técnica e o “advocacy” a respeito das especificidades do atendimento às vítimas de violência sexual no sistema de garantia de direitos, além de fomentar a ampliação da cobertura de serviços públicos especializados nessa área e fomentar o levantamento de dados sobre a demanda reprimida dos serviços já existentes. .

Proposta 190 | Origem (mesclar): 06-E2-0141, 08-E2-0170 | Marcador: Comunicação - Políticas sobre drogas - Direitos Humanos

(Proposta original)

Defender uma política sobre drogas pautada pelo respeito aos direitos humanos, com a divulgação e fortalecimento das ações que visem à Redução de Danos, ampliando discussões no que se referem à criminalização do uso de drogas e a perspectiva proibicionista, seus desdobramentos para a saúde física e mental dos indivíduos, e o consequente encarceramento em massa e genocídio da população jovem, negra e pobre, a judicialização, punibilidade e a internação e acolhimento compulsórios.

Proposta 191 | Origem (mesclar): 13-E2-0078, 05-E2-0064 | Marcador: Comunicação - População Negra

(Proposta original)

Ampliar o debate sobre a saúde e a subjetividade da população negra para compreender melhor suas demandas e os contextos em que estão inseridos, visando a melhoria do atendimento das(os) profissionais direcionado a esse grupo, tanto nos espaços comunitários como de atendimento individual, com ênfase nos prejuízos produzidos pelo racismo e preconceito racial.

Proposta 192 | Origem (mesclar): 03-E2-0042, 16-E2-0139, 02-E2-0148 | Marcador: Comunicação - População Negra/Índigena - Racismo

(Proposta original)

Debater a questão étnico-racial e a atuação da Psicologia na defesa de direitos da população negra e indígena, dentre

outras comunidades tradicionais, e sobre o racismo como causa de sofrimento psíquico, por meio da realização e divulgação de pesquisas científicas sobre o impacto do racismo estrutural nos processos educacionais e na formação do sujeito, proporcionando espaços de produção teórica, discussão, eventos e GTs no intuito de estimular o desenvolvimento de uma categoria antirracista, não sexista e não classista, através de encontros regionais e seminários dentre outros, em articulação com as Instituições de Ensino Superior.

Proposta 194 | Origem (mesclar): 08-E2-0127, 09-E2-0012, 20-E2-0063, 14-E2-0042, 10-E2-0040, 01-E2-0025 | Marcador: Comunicação - Povos Tradicionais e Originários

(Proposta original)

Promover maior visibilidade em relação às demandas apresentadas pelas comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos, etc.), pelos povos do campo (agricultores familiares, faxinalenses, etc.), da floresta (indígenas, comunidades extrativistas) e das águas (ribeirinhos, caiçaras), bem como pelas comunidades periféricas nos centros urbanos, por meio de diálogos que visem à garantia de seus direitos ao território, saúde, expressão cultural e escolarização, no viés de políticas públicas diferenciadas, que compreendam os efeitos da colonialidade na produção de subjetividade e sofrimento psíquico contemporâneo.

Proposta 195 | Origem (encaminhar): 02-E2-0147 | Marcador: Comunicação - Psicologia na América Latina

(Proposta original)

Garantir e ampliar a discussão entre a categoria que contemple a Psicologia no contexto da América Latina;

Proposta 197 | Origem (encaminhar): 01-E2-0056 | Marcador: Comunicação - Psicologia Organizacional e do Trabalho

(Proposta original)

Fomentar atividades, ações e compromissos com a sociedade sobre a prática da Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Proposta 199 | Origem (encaminhar): 17-E2-0069 | Marcador: Comunicação - Psicologia Organizacional e do Trabalho - Direitos Humanos

(Proposta original)

Promover eventos que reafirmem o compromisso ético político da psicologia organizacional e do trabalho, com os direitos humanos, o respeito, a população LGBTQI+ e as pessoas com deficiência, combatendo a discriminação de gênero, étnico-racial e religiosa.

Proposta 200 | Origem (encaminhar): 11-E2-0040 | Marcador: Comunicação - Psicologia Organizacional e do Trabalho - Trabalho Escravo

(Proposta original)

Ampliar o debate sobre a escravidão e precarização das relações trabalhistas.

Proposta 201 | Origem (encaminhar): 19-E2-0095 | Marcador: Comunicação - Saúde Mental

(Proposta original)

Criar e apoiar campanhas permanentes tais como “cuidados em saúde mental” e “prevenção ao suicídio” em consonância com os preceitos éticos e regimentais do Sistema Conselhos.

Proposta 202 | Origem (encaminhar): 20-E2-0047 | Marcador: Comunicação - Saúde Mental - Escolar

(Proposta original)

Efetivar a campanha nacional de prevenção a Saúde Mental específica de usuários de álcool e outras drogas, em especial no âmbito escolar.

Proposta 203 | Origem (mesclar): 03-E2-0051, 19-E2-0070, 10-E2-0037 | Marcador: Comunicação - Sistemas de Justiça Penal

(Proposta original)

Ampliar o debate com o Sistema de Justiça, comunidades periféricas e movimentos sociais, para a garantia da atuação da psicóloga nos sistemas penal, prisional, de segurança pública e de justiça, inclusive com a criação de grupo de trabalho, visando à ampliação da prestação de serviços dessas profissionais sobre as condições da população carcerária e sua família (com ênfase na juventude negra e população feminina), incluindo os/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e privação de liberdade, considerando os impactos sociais e psicológicos do encarceramento, com atenção à criminalização da pobreza.

Proposta 204 | Origem (mesclar): 22-E2-0017, 14-E2-0026, 16-E2-0142 | Marcador: Comunicação - Sistemas de Justiça Penal - Direitos Humanos

(Proposta original)

Promover ações em defesa da reforma do Sistema Penitenciário brasileiro, promovendo o conhecimento sobre ressocialização e direitos humanos, por meio do debate com a sociedade civil, poder público e categoria sobre cultura punitivista e busca por segurança, penalização de jovens pretos e pobres, medidas autoritárias, encarceramento em massa, medicalização de pessoas em privação ou restrição de liberdade e criminalização da pobreza, demarcando o posicionamento ético-político da Psicologia em favor da dignidade e dos direitos humanos dos grupos minoritários.

Proposta 205 | Origem (encaminhar): 23-E2-0026 | Marcador: CREPOP - Avaliação Psicológica

(Proposta original)

Trabalhar a conscientização da sociedade por meio da produção de referências técnicas sobre a avaliação psicológica em seus diferentes contextos.

Proposta 206 | Origem (mesclar): 23-E2-0172, 07-E2-0073 | Marcador: CREPOP - Povos Tradicionais e Originários

(Proposta original)

Realizar pesquisas e construir materiais de suporte técnico

visando instrumentalizar o trabalho da Psicologia com as populações tradicionais (quilombolas e povos indígenas), articulando com as políticas públicas no Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e educação pública (ensino fundamental, médio e superior), com o objetivo de ampliá-las, garantindo a destinação de recursos para fortalecer e propor espaços de diálogo com essas populações.

Proposta 207 | Origem (mesclar): 23-E2-0082, 20-E2-0066, 17-E2-0013 | Marcador: CREPOP - Referências Técnicas

(Proposta original)

Fortalecer o CREPOP e produzir conhecimento, discussão e novas referências técnicas sobre saberes da Psicologia e temas atuais e emergentes da sociedade, tais como: atuação da psicóloga em dispositivos das políticas sociais (unidades de acolhimento institucional; hospitais e maternidades; controle social) e com populações específicas (população em situação de rua, pessoas com deficiência, povos tradicionais da terra, das florestas e das águas; população negra e LGBT).

Proposta 208 | Origem (encaminhar): 10-E2-0074 | Marcador: Direitos Humanos - Clínica Política

(Proposta original)

Fomentar a dimensão da clínica política nas práticas da Psicologia, a fim de atender demandas relativas a conflitos sociais, situações de emergência, defesa dos Direitos Humanos e do estado laico.

Proposta 209 | Origem (encaminhar): 02-E2-0115 | Marcador: Direitos Humanos - Código de Ética

(Proposta original)

Assegurar a permanência do compromisso democrático e de direitos humanos no Código de Ética Profissional do Psicólogo e seus princípios.

Proposta 210 | Origem (encaminhar): 12-E2-0048 | Marcador: Direitos Humanos - Colonialismo

(Proposta original)

Problematizar o pensamento colonizador na prática da Psicologia.

Proposta 211 | Origem (encaminhar): 18-E2-0063 | Marcador: Direitos Humanos - Comissões

(Proposta original)

Tornar permanente as comissões de Direitos Humanos e criar e/ou manter as comissões de Políticas Públicas, Relações Étnico-Raciais e Gênero e Diversidade Sexual.

Proposta 212 | Origem (encaminhar): 16-E2-0112 | Marcador: Legislação e Normas - Atestado Psicológico

(Proposta original)

Articular politicamente que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as demais legislações pertinentes reco-

nheçam a validade do atestado psicológico para comprovação de afastamento do trabalho e similares.

Proposta 213 | Origem (mesclar): 06-E2-0158, 09-E2-0026 | Marcador: Legislação e Normas - Avaliação Psicológica - Porte de armas

(Proposta original)

Discutir junto à categoria acerca do posicionamento da Psicologia em relação à revogação da Lei do Desarmamento, refletindo sobre a defesa e necessidade de se estabelecer a perícia no âmbito da avaliação psicológica para obtenção e renovação do porte de arma, bem como emitir nota técnica orientativa sobre tal avaliação, indicando providências a serem tomadas quando da ocorrência de ameaças contra o profissional em decorrência de sua realização. Fomentar, ainda, pesquisas psicológicas a respeito do tema no cenário atual, fortalecendo a sua fiscalização e ampliando a rigidez dos critérios para civis que desejam obter o porte legal de armas de fogo, bem como ampliar o debate com a sociedade como um todo sobre os riscos de liberação da posse de armas.

Proposta 214 | Origem (encaminhar): 14-E2-0053 | Marcador: Legislação e normas - Defesa e cumprimento

(Proposta original)

Posicionar-se e dialogar junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para cumprir o que consta na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a e nas resoluções produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 215 | Origem (encaminhar): 07-E2-0057 | Marcador: Legislação e normas - Políticas sobre drogas

(Proposta original)

Promover ações que visem a superação da legislação antidrogas vigente no Brasil, focada na repressão e no proibicionismo que, notadamente, contraria a política pública de redução de danos e a tendência de países à regulamentação da produção, do comércio e/ou descriminalização.

Proposta 216 | Origem (mesclar): 20-E2-0046, 01-E2-0074, 01-E1-0081 | Marcador: Políticas Públicas - Assistência Social

(Proposta original)

Orientar as profissionais quanto à atuação na assistência social, fomentando as discussões referentes à sua atuação e ao fortalecimento das políticas públicas dessa área dentro dos conselhos, por meio de GTs e de atividades mensais com os Conselhos Regionais sobre o tema, promovendo a mobilização social a respeito da importância da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Proposta 217 | Origem (mesclar): 11-E2-0037, 14-E2-0014 | Marcador: Políticas Públicas - CREPOP.

(Proposta original)

Manter e fortalecer o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), ampliar suas pesquisas e a divulgação de sua produção para orientar as

práticas dos profissionais da Psicologia, bem como o diálogo da profissão com a sociedade (gestores, profissionais e usuários das políticas públicas).

Proposta 218 | Origem (encaminhar): 17-E2-0087 | Marcador: Políticas Públicas - CREPOP - Prevenção e enfrentamento ao suicídio

(Proposta original)

Garantir a participação do Sistema Conselhos no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento ao suicídio e automutilação e na atualização das referências técnicas de atuação do profissional de Psicologia sobre essa temática.

Proposta 219 | Origem (mesclar): 06-E2-0125, 20-E2-0059 | Marcador: Políticas Públicas - Criança e adolescente

(Proposta original)

Reiterar o compromisso do Sistema Conselhos na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude e Estatuto da Pessoa com Deficiência e organizar eventos socioculturais de fortalecimento dos mesmos, articulando com movimentos sociais, estudantes, universidades, conselhos de direitos, parlamentares e outras instituições de modo a garantir a proteção social e promoção integral dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, considerando a interseccionalidade étnicorracial, de gênero, diversidade sexual e classe. Promover e desenvolver estratégias de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, trabalho infantil, analfabetismo, medicalização, redução da maioridade penal, aumento do tempo de internação das medidas socioeducativas, violência e genocídio da juventude brasileira, e o preconceito contra crianças e adolescentes público-alvo da educação especial, oportunizando o respeito aos direitos desse público e garantindo condições para a participação de crianças, adolescentes e jovens nos serviços e nos espaços de decisões políticas, dando visibilidade à produção e às reflexões de crianças, adolescentes e jovens sobre as decisões políticas que interferem nas suas condições de vida.

Proposta 220 | Origem (encaminhar): 12-E2-0055 | Marcador: Políticas Públicas - Criança e adolescente - Atendimento à vítimas de violência

(Proposta original)

Ampliar o debate junto à categoria, instituições e sociedade sobre o fazer da psicologia diante da situação de atendimento em caso de violência envolvendo crianças e adolescentes, visando abordar a questão do sigilo profissional e da revitimização.

Proposta 221 | Origem (encaminhar): 13-E2-0083 | Marcador: Políticas Públicas - Criança e adolescente - Vítimas secundárias do abuso sexual

(Proposta original)

Promover o debate no Sistema Conselhos acerca do sofrimento psíquico das vítimas secundárias (pais, responsáveis, irmãos etc.) do abuso sexual infantil a fim de atender as demandas de todas(os) as(os) envolvidas(os).

Proposta 222 | Origem (encaminhar): 11-E2-0057 | Marcador: Políticas Públicas - Defesa Civil

(Proposta original)

Ampliar a discussão em torno dos impactos psicológicos ocasionados pela seca, como fenômeno natural e político, fomentando estratégias de intervenção da psicologia das emergências e desastres em articulação com as políticas públicas.

Proposta 223 | Origem (mesclar): 03-E2-0079, 08-E2-0122, 07-E2-0059, 14-E2-0050, 05-E2-0052 | Marcador: Políticas Públicas - Direitos Sexuais e Reprodutivos

(Proposta original)

Construir e manter discussões e ações relacionadas às políticas públicas de saúde das mulheres cis e homens trans e em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, incluindo nestas a questão referente aos efeitos negativos subjetivos e coletivos da criminalização do aborto, visando à sua descriminalização e demarcar o posicionamento da Psicologia quanto ao tema, considerando-o uma questão de Saúde Pública.

Proposta 224 | Origem (encaminhar): 06-E2-0119 | Marcador: Políticas Públicas - Gênero

(Proposta original)

Gênero - Direitos Sexuais e Reprodutivos

Ampliar e debater com a categoria e sociedade e incidir sobre as políticas públicas acerca dos papéis sociais de gênero, incluindo a violência de gênero, e considerando as opressões e expressões do patriarcado, do racismo, do classismo, do capacitismo e do machismo. Refletir acerca do direito de escolha das mulheres pela maternidade, inclusive em situações de vulnerabilidade, reafirmando o compromisso da psicologia na compreensão e no enfrentamento dos fatores que oprimem e adoecem na maternidade, de modo a romper a lógica dos processos medicalizantes e patologizantes da gestação, parto, amamentação e puerpério, contrária à esterelização compulsória e de modo a atuar junto à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como acesso ao planejamento familiar, acesso ao aborto legal, bem como à legalização do aborto no âmbito do SUS.

Proposta 225 | Origem (mesclar): 20-E2-0064, 05-E2-0062 | Marcador: Políticas Públicas - Migração/Refúgio

(Proposta original)

Garantir o acompanhamento e atuação política do Sistema Conselhos junto a debates e ações relacionadas a grandes deslocamentos populacionais, tais como processos de migração, refúgio, apatridia, retiradas de áreas de risco e etc.

Proposta 226 | Origem (encaminhar): 12-E2-0069 | Marcador: Políticas Públicas - Saúde Mental

(Proposta original)

Dialogar com gestores das políticas públicas sobre a importância de tratar o tema da saúde mental de forma conti-

nuada, na contramão de campanhas isoladas sobre saúde, a exemplo do Janeiro Branco e Setembro Amarelo.

Proposta 227 | Origem (encaminhar): 02-E2-0152 | Marcador: Políticas Públicas - Saúde Mental - Migrantes

(Proposta original)

Incluir a temática da saúde mental dos grupos de migrante racializados (não-brancos) e refugiados na agenda do Sistema Conselho.

Proposta 228 | Origem (encaminhar): 13-E2-0081 | Marcador: Políticas Públicas - Saúde Mental - Povos Tradicionais e Originários

(Proposta original)

Promover debates e a defesa de políticas públicas voltadas para os cuidados e atenção psicossocial com povos indígenas, quilombolas, ciganos e demais povos e comunidades tradicionais, na perspectiva de uma psicologia social, comunitária e transcultural, objetivando a redução de danos e riscos decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas, a prevenção ao suicídio e a promoção de saúde mental dessas populações.

Proposta 229 | Origem (encaminhar): 03-E2-0050 | Marcador: Políticas Públicas - Saúde Mental/População em Situação de Rua

(Proposta original)

Apoiar e reafirmar a importância da manutenção da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em especial no tocante à saúde mental, através de campanhas sobre a abordagem e o cuidado dessas populações, em diálogo com outras categorias profissionais, instituições e áreas do conhecimento.

Proposta 230 | Origem (encaminhar): 07-E2-0094 | Marcador: Políticas Públicas - Sistema Prisional

(Proposta original)

Criar Núcleo do Sistema Prisional em cada Conselho Regional de Psicologia.

Proposta 231 | Origem (encaminhar): 11-E2-0058 | Marcador: Políticas Públicas - SUS/SUAS/Direitos Humanos

(Proposta original)

Reafirmar a posição do Sistema Conselhos em defesa do SUS - Sistema Único de Saúde e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, promovendo discussões a respeito da inserção da psicóloga e potencializando o debate em torno das políticas específicas de garantia e proteção dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, idosos, população negra, povos e comunidades tradicionais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo, população carcerária, pessoas vivendo e convivendo com HIV e demais populações invisibilizadas, incluindo as mulheres vítimas da violência institucional obstétrica.

Proposta 232 | Origem (encaminhar): 05-E2-0065 | Marcador: Saúde Mental - Contextos de Vulnerabilidade

(Proposta original)

Criar espaços de discussão e práticas de ação no que tange à psicologia e às políticas de saúde mental, enfatizando os contextos infanto-juvenil, instituições de acolhimento e socioeducativas, hospitais de custódia, sistema prisional e populações em situação de rua.

Proposta 233 | Origem (encaminhar): 19-E2-0073 | Marcador: Saúde Mental - Cuidado psicossocial, integral e humanizado

(Proposta original)

Garantir e ampliar a divulgação e a defesa do modelo de cuidado psicossocial, integral e humanizado, baseado na perspectiva da reforma psiquiátrica antimanicomial e da Política de redução de danos, em oposição ao atual movimento de internação compulsória e involuntária e o financiamento público das comunidades terapêuticas, colaborando para implementação, monitoramento, qualificação e ações em defesa da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS (saúde mental, álcool e outras drogas).

Proposta 234 | Origem (encaminhar): 02-E2-0145 | Marcador: Saúde Mental - Racismo, Sexismo e Capitalismo

(Proposta original)

Tornar visível o impacto do racismo, do sexismo e do capitalismo na saúde Mental da sociedade brasileira.

Proposta 235 | Origem (mesclar): 06-E2-0159, 22-E2-0016, 18-E2-0059, 21-E2-0047, 08-E2-0171, 11-E2-0056, 07-E2-0070, 13-E2-0080, 04-E2-0119, 14-E2-0022, 16-E2-0121, 02-E2-0139, 05-E2-0055 | Marcador: Saúde Mental - Reforma Psiquiátrica Antimanicomial

(Proposta original)

Articular com os poderes públicos e a sociedade, promovendo e participando de diálogos e debates acerca da importância do movimento antimanicomial e antiproibi-

cionista na política de saúde mental, defendendo intransigentemente o modelo substitutivo de atenção psicossocial de cunho transdisciplinar, intersetorial e territorial previsto na lei nº10216/01, bem como seus princípios, dispositivos e conquistas, com o cuidado em liberdade no território e comunitário, com convivência social e sem interferência religiosa, respeitando e garantindo os direitos, as necessidades e as singularidades dos sujeitos. atuando para o fortalecimento e a urgência do aumento do financiamento público dos serviços substitutivos que combatem a lógica manicomial (CAPS, residências terapêuticas, centros de convivência, unidades de acolhimento, cooperativas sociais, leitos de saúde mental em hospital geral e a atenção básica) e os princípios do SUS, com a publicação de cartilhas populares em parceria com instituições do sistema de justiça e de defesa de direitos das pessoas em tratamento em instituições de privação de liberdade, posicionando-se contra medicalização da vida como único parâmetro de tratamento conclusivo, mantendo ações de fiscalização, vigilância e denúncia e alerta para o perigo de violação de direitos pelo desmonte produzido pela perspectiva conservadora e segregadora, manicomial e patologizante e a retomada do financiamento público dos hospitais psiquiátricos e das comunidades terapêuticas, “ditos” de tratamento., inclusive com a criação de grupos de trabalho sobre a defesa da reforma psiquiátrica e sobre a iniquidade social/pobreza do Brasil e a produção de sofrimento psíquico, mantendo aproximação com o movimento da luta antimanicomial.

Proposta 236 | Origem (mesclar): 09-E2-0029, 04-E2-0161, 02-E2-0137 | Marcador: Saúde Mental - Reforma Psiquiátrica Antimanicomial - Álcool e outras drogas

(Proposta original)

Garantir que a Psicologia no campo da saúde mental, álcool e outras drogas, sustente o tratamento em liberdade, de base territorial, orientada pela política de redução de danos e pela descriminalização das drogas no âmbito do SUS, combatendo o estigma social sobre a(o) usuária(o) e colaborando para implementação, monitoramento, qualificação e ações em defesa da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS (saúde mental, álcool e outras drogas), a partir do compromisso social, ético e político da profissão.

EIXO 3: DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

Quantidade de propostas: 98

Proposta 3 | Origem (mesclar): 15-E3-0007, 23-E3-0058 | Marcador: Atuação profissional - Comunidades terapêuticas

(Proposta original)

Garantir a ampliação de ações de fiscalização nas comunidades terapêuticas que tenham psicólogas na equipe e ampliar as inspeções, fomentando ações acerca do exercício profissional nas comunidades terapêuticas, acolhedoras e afins.

Proposta 4 | Origem (mesclar): 07-E3-0125, 08-E3-0322 | Marcador: Atuação profissional - Concurso público

(Proposta original)

Propiciar o acompanhamento e fiscalização do Sistema Conselhos na elaboração dos editais de concurso público e processos seletivos/licitatórios para contratação de profissionais da Psicologia, reafirmando o compromisso com a inserção das profissionais nos poderes Executivo e Judiciário.

Proposta 13 | Origem (encaminhar): 22-E3-0030 | Marcador: Atuação profissional - Condições de trabalho

(Proposta original)

Ampliar a fiscalização de editais de concursos públicos, bem como auxiliar a definir o piso salarial da categoria;

Proposta 14 | Origem (encaminhar): 04-E3-0246 | Marcador: Atuação profissional - Cuidados paliativos

(Proposta original)

Promover ações para dar maior visibilidade às áreas de saúde pública e coletiva: emergência, cuidados paliativos, eventos com múltiplas vítimas, cuidados em fim de vida, entre outros.

Proposta 16 | Origem (encaminhar): 18-E3-0053 | Marcador: Atuação profissional - Direitos Humanos

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos amplie o debate sobre as temáticas: questões de classe, etnia, raça, gênero, orientação sexual, entre outros aspectos que estão relacionados com a violação de direitos, auxiliando na orientação do exercício profissional pautado na emancipação psicossocial das populações vulnerabilizadas.

Proposta 18 | Origem (encaminhar): 02-E3-0241 | Marcador: Atuação profissional - Direitos sexuais e reprodutivos

(Proposta original)

Fazer gestão para incluir a presença de psicólogos no atendimento de pacientes que optem pelo abortamento legal, conforme previsto no artigo 128 do Código Penal.

Proposta 20 | Origem (encaminhar): 11-E3-0042 | Marcador: Atuação profissional - Emergências e desastres

(Proposta original)

Elaborar resolução nacional sobre atendimento psicológico em situação de emergências e desastres, reafirmando a proposta apresentada no IX CNP para que o Sistema Conselhos de Psicologia, no que se refere à Psicologia na Gestão Integral dos Riscos e Desastres, fomente: a) a discussão junto aos meios de comunicação apontando as causas não naturais dos desastres e suas consequências na vida das pessoas e das comunidades afetadas, disseminando, em parceria com o Sistema de Defesa Civil e associações de pessoas afetadas, material de comunicação popular com o tema de gestão integral de riscos e desastres; b) a inserção da categoria social na Classificação Brasileira de Desastres (COBRADE) para que se possa discutir no âmbito dos desastres temas como chacinas e massacres provocados por ações ou omissões humanas, prevendo a atuação de psicólogos e outros atores na preservação da saúde mental das pessoas afetadas quanto à garantia de proteção e segurança e direito à cidade e mobilidade urbana, reconhecendo-os como necessidades sociais da vida urbana; c) a aproximação e cooperação de gestões com os movimentos sociais dos afetados por emergências e desastres na perspectiva do controle social e da participação popular na formulação de políticas públicas e no planejamento das ações de Proteção e Defesa Civil para elaboração de um Plano de Contingência para atuação dos Conselhos Regionais de Psicologia e da categoria nas situações de emergências e desastres.

Proposta 21 | Origem (mesclar): 08-E3-0199, 19-E3-0137 | Marcador: Atuação profissional - Especialidades em Psicologia

(Proposta original)

Que o Conselho Federal de Psicologia crie o título de especialista de Psicologia no sistema prisional e na Gestão Integral de Riscos e Desastres.

Proposta 22 | Origem (mesclar): 11-E3-0086, 10-E3-0079 | Marcador: Atuação profissional - Políticas públicas

(Proposta original)

Defender a obrigatoriedade da presença da profissional de Psicologia em políticas públicas, tais como as operadas pelos seguintes equipamentos: Hospitais Públicos, Delegacias de Defesa da Mulher, Delegacias de Defesa da Criança e do Adolescente, Varas de Justiça, CAPS e equipamentos esportivos; fomentando a inclusão das profissionais de Psicologia em equipes multiprofissionais na rede intersetorial.

Proposta 23 | Origem (mesclar): 21-E3-0133, 11-E3-0102, 19-E3-0096 | Marcador: Atuação profissional - Psicologia escolar/educacional

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos atue junto ao Congresso Nacional, buscando a obrigatoriedade da profissional da psicologia escolar na educação formal e não-formal, sendo imprescindível a publicação de resolução que oriente a atuação da psicóloga, delimitando a área de atuação na psicologia escolar/educacional e a inclusão das questões que impactam no exercício profissional.

Proposta 24 | Origem (encaminhar): 12-E3-0171 | Marcador: Atuação profissional - Psicologia hospitalar

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fomente ações que promovam a regulamentação da inserção da Psicologia no contexto hospitalar, pensando no trabalho em equipe multiprofissional, no papel da psicóloga dentro da instituição e na importância de que os hospitais tenham este serviço como uma profissão essencial para o seu funcionamento.

Proposta 25 | Origem (encaminhar): 08-E3-0267 | Marcador: Atuação profissional - Psicologia organizacional e do trabalho

(Proposta original)

Articular com entidades e instituições afins para a rejeição do PL 439/2015, que dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da administração, assegurando a possibilidade de atuação da psicóloga organizacional e do trabalho.

Proposta 30 | Origem (mesclar): 12-E3-0149, 05-E3-0097 | Marcador: Atuação profissional - SUAS

(Proposta original)

Que o CFP e o Sistema Conselhos organizados com o Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), possam intensificar ações em prol da garantia da educação permanente no SUAS, além de fomentar o debate sobre a inserção das psicólogas nesta política, mantendo constante diálogo com as demais categorias profissionais que a compõem; e que demandem a atualização da Nota Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB SUAS RH), conforme a resolução 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social, dialogando com o Conselho Federal de Serviço Social sobre a atuação da psicóloga na ferramenta

de estudo psicossocial para concessão de benefício eventuais enquanto ação da rede de proteção.

Proposta 31 | Origem (mesclar): 07-E3-0135, 13-E2-0090, 10-E3-0082 | Marcador: Atuação profissional - SUS

(Proposta original)

Propor ao Ministério da Saúde a inclusão da profissional de psicologia na equipe mínima nos serviços de saúde da Atenção Básica (Unidade Básica de Saúde e Estratégia de Saúde de Família) nas regiões, de acordo com as diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) e nas escolas.

Proposta 26 | Origem (mesclar): 17-E3-0033, 17-E3-0034 | Marcador: Atuação profissional - Saúde

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos promova discussão, a partir de resoluções e portarias do Ministério da Saúde, sobre o esclarecimento da cobertura de assistência psicológica nos serviços público e privado, nos três níveis de atenção da rede de cuidado de saúde, e elabore documentos norteadores sobre a atuação da psicóloga no enfrentamento à temática do suicídio e violência, pensando essa atuação de forma articulada em rede intersetorial.

Proposta 28 | Origem (encaminhar): 18-E1-0032 | Marcador: Atuação profissional - Saúde Mental indígena

(Proposta original)

Garantir que o Sistema Conselhos estabeleça diálogo/interlocução com as psicólogas que trabalham com a saúde mental indígena.

Proposta 27 | Origem (mesclar): 03-E3-0189, 13-E3-0099 | Marcador: Atuação profissional - Saúde do trabalhador

(Proposta original)

Promover ações e articular diálogos voltados à saúde do trabalhador, visando a importância da presença da psicóloga em serviços especializados em engenharia e segurança do trabalhador, em consonância com a NR-04 (Serviço Especializado em Equilíbrio de Segurança e Medicina do Trabalho/SESMT), colaborando com a perícia, garantindo reparação no SUS e no INSS e estabelecendo programas de parceria para controle de situações de risco à saúde profissional como: confinamento, trabalho em altura, situação de estresse, risco em geral, conforme previsto pela NR-07 (PCMSO), garantindo a avaliação psicológica neste contexto.

Proposta 29 | Origem (mesclar): 17-E3-0038, 15-E2-0041 | Marcador: Atuação profissional - Saúde suplementar

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos incida politicamente, articulando-se com a Agência Nacional de Saúde (ANS) para a

melhoria da qualidade e condições dos serviços psicológicos, e proponha atualização com urgência da Resolução Normativa 428/2017 (ANS), no tocante ao rol de procedimentos em saúde vinculados à psicologia, considerando os tipos de procedimentos, a duração dos mesmos e as novas modalidades de atendimento da psicologia.

Proposta 32 | Origem (mesclar): 21-E3-0147, 09-E3-0008, 15-E3-0031, 10-E3-0090 | Marcador: Atuação profissional - Transborde da Justiça

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos oriente a categoria, intensifique e priorize as discussões junto aos órgãos de justiça referentes às solicitações do Judiciário, que exigem das psicólogas da Assistência Social e demais políticas públicas atuações que extrapolem suas competências, atribuições e vínculos de trabalho, assim como construir diálogos com os operadores de direito para elucidar sobre avaliação psicológica jurídica e a psicóloga perita assistente técnica.

Proposta 33 | Origem (encaminhar): 14-E3-0047 | Marcador: Atuação profissional - Valorização da profissão

(Proposta original)

Elaborar materiais audiovisuais objetivos e compactos, que possam dialogar com a categoria e sociedade sobre: laicidade, diversidade sexual, violências e diversidade humana, entre outras, de forma contínua e em consonância com as demandas sociais.

Proposta 34 | Origem (mesclar): 23-E3-0024, 09-E3-0031, 16-E3-0218 | Marcador: Avaliação psicológica - Bariátrica, esterilização, reprodução humana e abortamento

(Proposta original)

Elaborar e/ou atualizar nota técnica e/ou resolução específica sobre preparo e avaliação psicológica referente a cirurgia bariátrica, esterilização definitiva (laqueadura e vasectomia), processo transexualizador, reprodução humana assistida (gestação substituta), processo de abortamento previsto em lei e outras avaliações compulsórias.

Proposta 35 | Origem (encaminhar): 18-E3-0088 | Marcador: Avaliação psicológica - Concurso público

(Proposta original)

Estabelecer o uso adequado da avaliação psicológica pelas profissionais e nos editais de concursos públicos, respeitando a Resolução 09/2018.

Proposta 36 | Origem (mesclar): 08-E3-0245, 10-E3-0080 | Marcador: Avaliação psicológica - Psicologia do trânsito

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos estabeleça diálogo com o Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN objetivando rever critérios de credenciamento das psicólogas do trânsito, garantindo que normativas e resoluções não monopolizem a

utilização de testes psicológicos específicos para determinada avaliação psicológica.

Proposta 37 | Origem (encaminhar): 02-E3-0254 | Marcador: Avaliação psicológica - Teste grafológico

(Proposta original)

Inserir o teste grafológico como recurso complementar, por não ser um teste psicológico e por ser amplamente utilizado por profissionais.

Proposta 53 | Origem (encaminhar): 01-E3-0077 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Centro POP

(Proposta original)

Elaborar referências técnicas no âmbito do CREPOP para a atuação da Psicologia em unidades de acolhimento e nos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua - Centros POP.

Proposta 54 | Origem (encaminhar): 03-E3-0026 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Controle social

(Proposta original)

Elaborar pesquisas e referências técnicas do CREPOP sobre a atuação de profissionais nas instâncias de controle social, espaços de gestão e estágios em psicologia.

Proposta 56 | Origem (encaminhar): 04-E3-0388 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Crianças e adolescentes testemunhas ou vítimas de violência

(Proposta original)

Garantir, articular e ocupar os espaços de discussão da Lei 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes testemunhas ou vítimas de violências, com a produção de referências técnicas pelo CREPOP.

Proposta 58 | Origem (mesclar): 06-E3-0227, 11-E2-0036, 13-E3-0104, 20-E3-0093, 05-E3-0087, 16-E3-0236 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Direitos Humanos

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia organize, no âmbito da metodologia CREPOP, referências técnicas para atuação da Psicologia junto às pessoas com deficiência, incluindo pessoas surdas (em consonância com a Lei 13.146 - LBI), pessoas em processo de envelhecimento e que estejam em Instituições de Longa Permanência para Idosos (com base no atual Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso), pessoas vítimas de violência, pessoas em movimento migratório e pessoas em situação de emergências e desastres (considerando a atual Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), promovendo debates com a categoria, com as Instituições de Ensino Superior e com a sociedade, visando a defesa e garantia dos direitos humanos, em consonância com o Código de Ética

do/a Psicólogo/a e com a garantia das legislações internacionais ratificadas sobre os temas.

Proposta 59 | Origem (encaminhar): 17-E3-0105 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Gênero e sexualidades

(Proposta original)

Criar referências técnicas ou outros documentos norteadores para o atendimento de pessoas (adultos, crianças e adolescentes) transsexuais e travestis por meio de pesquisas CREPOP.

Proposta 60 | Origem (encaminhar): 10-E3-0098 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/NASF

(Proposta original)

Elaborar diretrizes de atuação das psicólogas no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) pelo CREPOP, bem como orientar quanto à estrutura física e materiais necessários para as condições de trabalho, embasados no Código de Ética do/a Psicólogo/a.

Proposta 62 | Origem (encaminhar): 01-E3-0021 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Povos indígenas

(Proposta original)

Elaborar documentos técnicos e de parâmetros de atuação sobre saúde da população indígena, por meio do CREPOP, compreendendo saúde mental no contexto indígena como necessidade de garantir o protagonismo e o respeito às suas práticas e seus modos de viver.

Proposta 64 | Origem (encaminhar): 20-E3-0072 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Precarização do trabalho nas políticas públicas

(Proposta original)

Articular por meio do CREPOP a realização de pesquisas sobre os possíveis fatores de adoecimento e precarização do trabalho das psicólogas do SUS e SUAS, a fim de proporcionar melhor qualidade em suas atividades laborais.

Proposta 65 | Origem (encaminhar): 20-E3-0087 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Psicologia do esporte

(Proposta original)

O Sistema Conselhos, mediante a metodologia utilizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, deverá produzir referências técnicas para atuação da profissional de psicologia do esporte.

Proposta 66 | Origem (encaminhar): 13-E3-0094 | Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Suicídio

(Proposta original)

Pautar a temática do suicídio e sua prevenção como prioridade do Sistema Conselhos, estabelecendo interlocução com

a categoria e demais entidades brasileiras no que se refere à construção de referências e políticas públicas que possam ser efetivadas no exercício profissional da psicóloga.

Proposta 68 | Origem (mesclar): 04-E3-0240, 05-E3-0132 | Marcador: CREPOP - Emergências e desastres

(Proposta original)

Construir referências técnicas, por meio do CREPOP, que assegurem a atuação das psicólogas no contexto das emergências e desastres.

Proposta 71 | Origem (mesclar): 03-E3-0251, 12-E3-0084, 13-E3-0102, 16-E3-0237 | Marcador: CREPOP - Manutenção

(Proposta original)

Garantir a continuidade das ações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), assegurando o financiamento e repasse de recursos para manutenção do setor como projeto de gestão, fomentando a produção de novas referências técnicas e a revisão de referências antigas, bem como organizando fóruns de debates sobre o compromisso social da Psicologia, ampliando as pesquisas para temas transversais às políticas públicas e aos direitos humanos.

Proposta 74 | Origem (mesclar): 20-E3-0082, 19-E3-0138 | Marcador: CREPOP - Revisão de referências técnicas

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos revise e amplie as referências técnicas do CREPOP, pesquisando: a) serviços: equipamentos da saúde/atenção básica e assistência social, entre outros; b) grupamentos sociais: LGBTs, idosos(os), comunidades tradicionais, entre outros; c) temas intersetoriais e transversais: direitos sexuais e reprodutivos, entre outros; d) psicologias nas emergências e desastres; sugerindo que essa atualização ocorra a cada cinco anos.

Proposta 78 | Origem (mesclar): 06-E3-0192, 12-E3-0097, 11-E3-0089, 14-E3-0046 | Marcador: CREPOP - Violência contra a mulher e pessoas com deficiência

(Proposta original)

Criar resoluções para o enfrentamento da violência contra mulheres e pessoas com deficiência, visando o combate a todas as formas de opressão, patologização e violência; a atuação da Psicologia pautada nos direitos humanos e o trabalho em prol das minorias, respeitando a diversidade da população LGBTQI+ e combatendo o classismo, racismo, patriarcado, etarismo, capacitismo, cis-hetero-sexismo, entre outras violências. Priorizar o protagonismo das minorias e obedecer critérios de acessibilidade comunicacional necessários às pessoas com deficiência.

Proposta 81 | Origem (encaminhar): 09-E3-0214 | Marcador: CREPOP - Violência sexual

(Proposta original)

Produzir nota técnica, resolução ou outro tipo de documen-

to orientativo sobre: atendimento e avaliação psicológica com pessoas que praticam ou praticaram violência sexual.

Proposta 51 | Origem (encaminhar): 15-E3-0013 | Marcador: Condições de trabalho - Serviço público

(Proposta original)

Estabelecer um quantitativo máximo populacional por psicólogas nos serviços públicos.

Proposta 49 | Origem (encaminhar): 12-E3-0095 | Marcador: Controle social

(Proposta original)

Garantir a participação do Sistema Conselhos de Psicologia nas esferas de controle social das políticas públicas no âmbito nacional e estadual, bem como incentivar e orientar as psicólogas a fazer o mesmo a nível municipal, a fim de cobrar/fiscalizar o funcionamento e a gestão destas políticas.

Proposta 89 | Origem (mesclar): 21-E3-0146, 14-E3-0045, 01-E3-0027 | Marcador: Educação - Formação permanente

(Proposta original)

Realizar cursos de atualização presencial ou em ambiente virtual sobre temas em Psicologia, com certificação, lidando com temas como inclusão social, análises de conjuntura e suas implicações na proteção e defesa de garantias de direitos.

Proposta 90 | Origem (encaminhar): 21-E3-0135 | Marcador: Fiscalização

(Proposta original)

Intensificar a fiscalização do ambiente de trabalho da psicóloga no serviço público com orientação e notificação às autoridades competentes.

Proposta 124 | Origem (encaminhar): 09-E3-0146 | Marcador: Normas e orientações - Atendimento domiciliar

(Proposta original)

Que o CFP normatize, por meio de resolução ou nota técnica, o atendimento psicológico domiciliar, realize eventos e divulgue amplamente esta normatização para conhecimento da categoria.

Proposta 125 | Origem (encaminhar): 20-E3-0075 | Marcador: Normas e orientações - Autismo

(Proposta original)

Discutir os parâmetros éticos e técnicos referentes a utilização do ABA (sigla em inglês para Análise Comportamental Aplicada) na prática do profissional de Psicologia.

Proposta 126 | Origem (encaminhar): 01-E3-0006 | Marcador: Normas e orientações - Avaliação psicológica

(Proposta original)

Criar Centro de Referências que vise subsidiar eventos e

a formação continuada em avaliação psicológica, como também a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentos/testes psicológicos, além de estimular a maior celeridade do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) na avaliação sobre os testes.

Proposta 127 | Origem (encaminhar): 19-E2-0053 | Marcador: Normas e orientações - Clínica ampliada

(Proposta original)

Promover debate ampliado sobre clínica social, diferenciações de conceito (tais como “popular”, “ampliada”, entre outras) com vistas a produzir nota técnica orientativa para a atuação profissional alinhada com diretrizes formais da profissão.

Proposta 129 | Origem (encaminhar): 02-E3-0171 | Marcador: Normas e orientações - Conselho Tutelar

(Proposta original)

Elaborar nota técnica/cartilha que oriente a prática da psicóloga que compõe equipes técnicas dos Conselhos Tutelares.

Proposta 128 | Origem (encaminhar): 15-E3-0057 | Marcador: Normas e orientações - Código de Ética Profissional

(Proposta original)

Atualizar o Código de Ética profissional da psicóloga.

Proposta 130 | Origem (encaminhar): 08-E3-0309 | Marcador: Normas e orientações - Democracia

(Proposta original)

O Sistema Conselho de Psicologia produzirá referências técnicas a respeito de estratégias de atuação frente às diversas ações de desmonte e descaracterização da política do SUS e SUAS; da reforma psiquiátrica; no campo da educação; drogas; segurança pública; enfrentamento de demandas alheias às normativas por parte do Poder Judiciário; o avanço de programas e projetos de caráter assistencialista e, ainda, a formulação de normativas regionais sem a participação de trabalhadores.

Proposta 133 | Origem (mesclar): 06-E3-0217, 03-E3-0167, 22-E3-0034 | Marcador: Normas e orientações - Depoimento especial

(Proposta original)

Garantir debates e orientação junto à categoria sobre os possíveis impactos às pessoas atendidas e à profissão na realização do depoimento especial e da escuta especializada diante da Lei 13434/2017 e outras alterações na legislação, reafirmando o posicionamento do Sistema Conselhos, órgão regulamentador da atuação da psicóloga, de que o depoimento especial e a escuta especializada não se configuram como prática profissional da psicóloga, considerando a autonomia profissional e os princípios éticos que regem a profissão.

Proposta 134 | Origem (mesclar): 07-E3-0150, 07-E3-0152, 09-E3-0054 | Marcador: Normas e orientações - Elaboração de documentos

(Proposta original)

Produzir orientações à categoria, por meio de nota técnica, acerca das resoluções vigentes para o adequado exercício profissional e acerca da responsabilidade sobre materiais e produções documentais, ampliando a fiscalização sobre o uso inadequado dos instrumentos psicológicos, em vias de resguardar a exclusividade do uso por profissionais psicólogos.

Proposta 141 | Origem (mesclar): 22-E3-0050, 21-E3-0126, 21-E3-0136, 14-E3-0034 | Marcador: Normas e orientações - Fiscalização

(Proposta original)

Intensificar visitas de fiscalização por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização, promovendo esclarecimentos junto aos órgãos públicos e instituições privadas, inclusive no âmbito das TICs, sobre as normas técnicas de atuação da psicóloga.

Proposta 143 | Origem (encaminhar): 17-E2-0086 | Marcador: Normas e orientações - Fiscalização de instituições de internamento

(Proposta original)

Garantir a continuidade das ações fiscalizadoras do Sistema Conselhos em instituições de internamento/regime fechado (comunidades terapêuticas, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e acolhimento institucional para crianças e adolescentes), com base na perspectiva da ética profissional da Psicologia, dos direitos humanos e da reforma psiquiátrica.

Proposta 144 | Origem (mesclar): 18-E2-0105, 20-E2-0042 | Marcador: Normas e orientações - Inserção da Psicologia nas escolas

(Proposta original)

Fortalecer e ampliar a mobilização para a inserção dos profissionais de Psicologia nos âmbitos educacional e escolar (em articulação com os sindicatos), na esfera pública e privada, lutando pela participação das psicólogas, por meio de concursos públicos nas três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal.

Proposta 147 | Origem (mesclar): 03-E3-0242, 23-E3-0056, 12-E3-0103, 11-E3-0072, 01-E3-0118 | Marcador: Normas e orientações - Laicidade

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos construa uma política nacional de Psicologia e Laicidade junto aos CRPs, potencializando o princípio da laicidade no exercício profissional.

Proposta 149 | Origem (encaminhar): 13-E3-0101 | Marcador: Normas e orientações - Mediação de conflitos

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com

as demais entidades competentes, promova eventos e debates sobre o tema Mediação, como possibilidade de atuação profissional.

Proposta 151 | Origem (mesclar): 06-E3-0228, 22-E3-0037, 20-E3-0070 | Marcador: Normas e orientações - Mobilidade urbana e humana

(Proposta original)

Promover discussões referentes à psicologia do trânsito, mobilidade urbana, humana e acessibilidade articuladas às políticas públicas, ampliando o campo de atuação das psicólogas para além da avaliação psicológica.

Proposta 152 | Origem (encaminhar): 02-E3-0279 | Marcador: Normas e orientações - Nome social

(Proposta original)

Garantir o direito ao uso do nome social nos documentos produzidos pela Psicologia, como avaliação psicológica, documentos psicológicos, declarações, laudos e demais documentos da categoria.

Proposta 156 | Origem (mesclar): 15-E3-0016, 07-E3-0154, 13-E3-0106, 14-E3-0065, 02-E3-0268 | Marcador: Normas e orientações - Novas práticas terapêuticas

(Proposta original)

Ampliar o debate sobre a Psicologia e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), explicitando os limites, regulamentando a atuação profissional e dando orientações necessárias a uma prática profissional ética.

Proposta 158 | Origem (encaminhar): 01-E3-0017 | Marcador: Normas e orientações - Ouvidoria

(Proposta original)

Promover espaços de denúncias de práticas LGBTfóbicas que infrinjam o Código de Ética Profissional, bem como as Resoluções 01/99 e 01/18.

Proposta 160 | Origem (encaminhar): 14-E3-0037 | Marcador: Normas e orientações - Políticas públicas

(Proposta original)

Fomentar a produção de registros de indicadores universais nos espaços de trabalho, diante das demandas individuais e coletivas, para subsidiar a tomada de decisão na implantação e implementação de políticas públicas de atendimento em saúde psicológica da população.

Proposta 163 | Origem (encaminhar): 18-E3-0055 | Marcador: Normas e orientações - Povos tradicionais

(Proposta original)

Construir notas técnicas referenciais a partir do CREPOP para atuação dos profissionais em comunidades tradicionais: povos quilombolas, ribeirinhos, de terreiro e indígenas.

Proposta 164 | Origem (encaminhar): 06-E3-0193 | Marcador: Normas e orientações - Proteção à mulher

(Proposta original)

Ampliar o debate, fomentar campanhas, produzir materiais e qualificar referências para a atuação da Psicologia sobre as questões de gênero, sexualidade, proteção da mulher e alienação parental, visando a possibilidade de trabalho multidisciplinar em Delegacias da Mulher e Serviços de Proteção da Mulher, promovendo ações de formação sobre a avaliação psicológica e a elaboração de laudos que não naturalizem ou reproduzam a violência praticada contra as mulheres, bem como aproximar a categoria do trabalho em rede para debater questões preventivas a respeito dos temas.

Proposta 166 | Origem (encaminhar): 06-E3-0219 | Marcador: Normas e orientações - Psicologia clínica

(Proposta original)

Ampliar o diálogo com as psicólogas da área clínica, atuantes nas políticas públicas ou no contexto privado, gerando discussão e reflexão a respeito de atuações não medicalizantes e não patologizantes, pautadas na laicidade, dialogando e construindo um posicionamento frente à interação e limites entre psicoterapias e práticas integrativas e complementares, bem como fomentando debates sobre a prática da psicoterapia como uma atividade alinhada aos princípios fundamentais do Código de Ética profissional, sendo, portanto, instrumento de enfrentamento das formas de violência e opressão postas, objetiva e subjetivamente, em nossa sociedade e nas relações interpessoais que são marcadas pelo classismo, racismo, patriarcado, etarismo, capacitismo, cis-hetero-sexismo, entre outras violências .

Proposta 168 | Origem (mesclar): 22-E3-0041, 21-E3-0149, 13-E3-0100 | Marcador: Normas e orientações - Psicologia do esporte

(Proposta original)

Produzir referências técnicas para a atuação do profissional de psicologia do esporte e articular parcerias com os diversos setores visando fomentar e elucidar a importância da presença do profissional de Psicologia no contexto esportivo

Proposta 170 | Origem (encaminhar): 08-E3-0288 | Marcador: Normas e orientações - Psicologia do trânsito

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos discuta com o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) para que sejam analisados a personalidade e o comportamento de risco, em detrimento da parte cognitiva, baseando-se em dados científicos e pesquisas na área do trânsito. Além disso, que as avaliações sejam realizadas a partir de parâmetros que comprovem que tais desempenhos indicam comportamento de risco.

Proposta 172 | Origem (mesclar): 09-E3-0230, 01-E2-0063 | Marcador: Normas e orientações - Psicologia escolar/educacional

(Proposta original)

Elaborar resolução e/ou nota técnica para orientar as atividades de psicólogas atuantes em psicologia escolar, considerando as especificidades da Educação Especial e Inclusiva, Educação de jovens e Adultos e Saúde Mental.

Proposta 174 | Origem (mesclar): 13-E3-0093, 17-E3-0030 | Marcador: Normas e orientações - Psicoterapia

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos retome as discussões sobre psicoterapia por meio da criação de um GT nacional e de GTs regionais para discutir a formação, as práticas e as regulamentações em psicoterapia nos âmbitos privado, público e na saúde suplementar.

Proposta 175 | Origem (encaminhar): 18-E3-0085 | Marcador: Normas e orientações - Publicidade

(Proposta original)

Organizar material orientativo acerca dos meios de publicidade dos serviços e práticas psicológicas.

Proposta 176 | Origem (encaminhar): 11-E2-0039 | Marcador: Normas e orientações - Refugiados

(Proposta original)

Criar parâmetros para a atuação do profissional de Psicologia frente à questão dos refugiados.

Proposta 178 | Origem (mesclar): 06-E3-0197, 02-E3-0175, 19-E3-0127 | Marcador: Normas e orientações - Relações raciais

(Proposta original)

Mapear, aproximar e fomentar a reflexão sobre Psicologia Preta para psicólogos negros, reafirmando o compromisso da Psicologia com a desconstrução do racismo e com a manutenção e ampliação da resolução CFP 018/02, a partir de atividades de interlocução entre ações dos núcleos/comissões, de orientação e de fiscalização.

Proposta 193 | Origem (encaminhar): 14-E3-0039 | Marcador: Normas e orientações - SUAS

(Proposta original)

Que a Nota Técnica nº001/16 CO N PAS/CFP- "Orientações sobre documentos elaborados por psicólogas no âmbito dos Sistema Único de Assistência Social (SUAS)" se torne resolução e seja ampliada para outras políticas públicas.

Proposta 180 | Origem (mesclar): 21-E3-0148, 09-E3-0186 | Marcador: Normas e orientações - Saúde

(Proposta original)

Construir resolução que dimensione parâmetros quantita-

tivos e atividades do trabalho de profissionais psicólogas em espaços de promoção de saúde mental, atenção psicossocial e reinserção social, conforme a Lei 10216.

Proposta 181 | Origem (encaminhar): 08-E3-0266 | Marcador: Normas e orientações - Saúde do trabalhador

(Proposta original)

Levantar e sistematizar dados técnicos, acadêmicos e estatísticos para fundamentar a implementação de política indutora ao INSS e aos órgãos gestores das políticas de saúde do trabalhador e seguridade social, acerca da necessidade de inserção e ampliação da atuação do profissional de Psicologia nos processos de perícia, promoção de saúde e reabilitação, considerando que a saúde mental é legalmente reconhecida como agravo relacionado ao trabalho e como condição para concessão de benefícios e aposentadorias.

Proposta 183 | Origem (mesclar): 23-E2-0028, 15-E3-0043 | Marcador: Normas e orientações - Saúde suplementar

(Proposta original)

Construir uma nota técnica que oriente a categoria na Prestação de Serviços Psicológicos na Saúde Suplementar, conforme normativas que regulamentam a profissão, pautando a não obrigatoriedade do encaminhamento médico.

Proposta 184 | Origem (encaminhar): 09-E3-0021 | Marcador: Normas e orientações - Sigilo profissional

(Proposta original)

Promover orientações por meio de nota técnica ou resolução sobre a ética e o sigilo profissional, orientando a categoria sobre a conduta profissional em situações nas quais o sigilo deve ser quebrado, por exemplo, em casos de crimes, violências e possibilidade de suicídio.

Proposta 185 | Origem (encaminhar): 16-E3-0221 | Marcador: Normas e orientações - Socioeducativo

(Proposta original)

Fomentar o debate sobre a avaliação psicológica e a emissão de documentos resultantes da mesma no âmbito das medidas socioeducativas.

Proposta 196 | Origem (mesclar): 18-E3-0044, 03-E3-0241, 05-E3-0120 | Marcador: Normas e orientações - TICS

(Proposta original)

Proporcionar discussão, orientação e reavaliações sistemáticas acerca da regulamentação e do desenvolvimento de normas técnicas referentes às práticas psicológicas realizadas por meio do atendimento psicológico online, identificando a eficácia e a qualidade do serviço prestado. Pensar esta resolução à luz da nova lei de proteção de dados pessoais que entra em vigor em 2020 (Lei nº 13709/2018), além de atualizar os cadastros no E-Psi com foto da/o profissional para assegurar a segurança do atendimento.

Proposta 198 | Origem (encaminhar): 16-E2-0118 | Marcador: Normas e orientações - Violências

(Proposta original)

Produzir normativas e orientações técnicas para atuação da psicóloga em áreas de alto índice de violência urbana e/ou institucional, atuando em parceria com sindicatos, poder público, categoria e conselhos de direito, levantando o debate sobre as condições de trabalho da psicóloga.

Proposta 137 | Origem (mesclar): 07-E3-0155, 14-E3-0012 | Marcador: Normas e orientações - Ética na graduação

(Proposta original)

Propor políticas que estreitem as relações com as instituições formadoras com o objetivo de fomentar os princípios que regem a formação ética dos profissionais.

Proposta 92 | Origem (mesclar): 19-E3-0081, 05-E3-0133 | Marcador: Pessoas com deficiência - Avaliação psicológica

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos fomente, junto às instituições representativas, pesquisas acerca da avaliação psicológica, evidenciando os instrumentos psicológicos disponíveis para adaptação para pessoas com deficiência, facilitando o acesso aos testes adaptados e ou com autorização de adaptação.

Proposta 91 | Origem (encaminhar): 11-E3-0092 | Marcador: Pessoas com deficiência.

(Proposta original)

Promover uma psicologia comprometida com métodos e técnicas que propiciam o acesso de pessoas com deficiências aos serviços de Psicologia, respeitando as garantias constitucionais de acessibilidade e inclusão.

Proposta 93 | Origem (mesclar): 18-E3-0090, 18-E3-0102, 17-E3-0043 | Marcador: Políticas públicas - Condições de trabalho

(Proposta original)

Que o Sistema Conselho notifique as instituições governamentais quanto à obrigatoriedade da profissional psicóloga na composição de equipes, respeitando as tipificações das políticas públicas e o adequado dimensionamento do quantitativo a ser inserido em cada área de atuação.

Proposta 94 | Origem (encaminhar): 22-E3-0056 | Marcador: Políticas públicas - Direitos Humanos

(Proposta original)

Incentivar a inserção das psicólogas nos diversos cenários políticos brasileiros que ameaçam os direitos humanos e as políticas públicas já conquistados.

Proposta 96 | Origem (mesclar): 11-E3-0120, 10-E3-0077, 05-E3-0107, 16-E3-0232 | Marcador: Porte de armas - Avaliação psicológica

(Proposta original)

Fomentar e qualificar a discussão acerca do Decreto nº. 9.685/19 de posse de armas e renovação periódica da avaliação psicológica com vistas à obtenção de certificação e registro, com prazo inferior a cinco anos, bem como, da ampliação de fiscalização pelo Sistema Conselhos sobre a atuação das psicólogas que realizam avaliação psicológica de posse, porte e renovação do porte de armas, conforme a Resolução CFP 09/2018, incluindo a criação de um cadastro nacional das profissionais e instituições que realizam essa avaliação e respeitando as garantias constitucionais e infraconstitucionais vigentes, bem como os princípios éticos e técnicos da profissão.

Proposta 99 | Origem (mesclar): 03-E3-0243, 01-E3-0005 | Marcador: Porte de armas - Regulamentação

(Proposta original)

Articular e potencializar parceria com a Polícia Federal para rediscutir, reformular e reestruturar os requisitos que compõem a avaliação psicológica para porte de armas de fogo, de modo a garantir a proteção social de grupos que estão destacadamente nas estatísticas por morte de arma de fogo, em especial a população negra, indígena, periférica, mulheres, LGBTQ+ e as/os que ocupam as principais estatísticas de vítimas de suicídio; assim como ampliar a fiscalização pelos CRPs.

Proposta 104 | Origem (mesclar): 22-E3-0032, 23-E3-0019, 09-E3-0064, 10-E3-0078, 19-E2-0087 | Marcador: Psicologia do trânsito - Perícia

(Proposta original)

Articular junto aos órgãos Detran/Denatran para que se determine o período de validade da perícia para candidatas(os) à Carteira Nacional de Habilitação e renovação para todas as categorias vigentes, padronizando os processos periciais de avaliação psicológica no contexto do trânsito.

Proposta 47 | Origem (mesclar): 06-E3-0234, 11-E3-0085 | Marcador: SUAS.

(Proposta original)

Criar estratégias para exigir o cumprimento da obrigatoriedade do profissional de psicologia nas equipes de referência, conforme previsto em lei, com o intuito de garantir e fortalecer a atuação da Psicologia no SUAS.

Proposta 114 | Origem (mesclar): 06-E3-0213, 08-E1-0039, 11-E3-0105, 12-E3-0188, 14-E2-0021, 02-E3-0252 | Marcador: Saúde Mental - Atenção psicossocial

(Proposta original)

Promover eventos, articulados aos gestores das Políticas Públicas, que divulguem o posicionamento do Sistema

Conselhos de Psicologia quanto à questão da internação compulsória e involuntária, reforçando a prioridade do cuidado integral psicossocial e humanizado, preconizado pela implantação da rede de atenção psicossocial baseada na Luta Antimanicomial e na Redução de Danos.

Proposta 116 | Origem (encaminhar): 12-E2-0075 | Marcador: Saúde Mental - Comunidades terapêuticas

(Proposta original)

Que o Sistema Conselhos se posicione contra a permanência da psicóloga nas comunidades terapêuticas, uma vez que estas não são reconhecidas pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Conselho Federal de Psicologia como espaços de cuidado em saúde mental.

Proposta 119 | Origem (encaminhar): 05-E3-0078 | Marcador: Saúde Mental - Medidas de segurança

(Proposta original)

Que o CFP promova eventos que se proponham a dar visibilidade à atuação da psicóloga em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, assim como locais que recebam sujeitos com questões psiquiátricas e neurológicas na condição de medida de segurança, sendo esta o cumprimento de uma medida que é resposta legal ao cometimento de um crime.

Proposta 122 | Origem (mesclar): 21-E3-0141, 23-E3-0191, 13-E3-0105, 14-E3-0048 | Marcador: Saúde suplementar - Condições de trabalho

(Proposta original)

Ampliar as discussões no Sistema Conselhos sobre a atuação dos profissionais frente à saúde suplementar (atividades junto a operadoras de planos de saúde), visando à melhoria da qualidade de atuação e redução da precarização do trabalho das psicólogas.

Proposta 38 | Origem (mesclar): 08-E3-0256, 05-E3-0099 | Marcador: Sistema de Justiça - Alienação parental

(Proposta original)

Ampliar e aprofundar o debate sobre a Lei da Alienação Parental, promovendo ações de formação sobre avaliação psicológica e elaboração de laudos que não naturalizem ou reproduzam a violência praticada contra as mulheres.

Proposta 39 | Origem (encaminhar): 10-E3-0092 | Marcador: Sistema de Justiça - Depoimento especial

(Proposta original)

Garantir a autonomia técnica e científica da psicóloga no campo da justiça.

Proposta 40 | Origem (mesclar): 03-E3-0166, 22-E3-0047 | Marcador: Sistema de Justiça - Perícia psicológica

(Proposta original)

Fortalecer o diálogo do Sistema Conselhos e sindicatos

das psicólogas junto ao judiciário no âmbito da psicologia jurídica, conforme o § 1 do artigo 156 do novo código processual civil e demais legislações, articulando a regulamentação da criação do cargo de perita psicóloga jurídica e do trabalho.

Proposta 41 | Origem (encaminhar): 02-E3-0176 | Marcador: Sistema de Justiça - Pessoa com deficiência

(Proposta original)

Fazer uma interlocução com o judiciário considerando a mudança do código de processo civil, para se regulamen-

te indicadores de avaliação psicológica nos casos de interdição de vida civil, pautado na lei de atenção a pessoa com deficiência

Proposta 48 | Origem (encaminhar): 16-E3-0213 | Marcador: Valorização profissional

(Proposta original)

Criar campanhas de valorização do papel da psicóloga, reforçando as práticas privativas e funções específicas do profissional de Psicologia, considerando, inclusive, os variados campos de atuação.